

JULIANA GOMES BALLERINI



1290000268



TCC/UNICAMP B212p

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA**

CAMPINAS

2001

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

JULIANA GOMES BALLERINI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA**

Trabalho exigido para efeito de Conclusão
do Curso de Pedagogia da Faculdade de
Educação da UNICAMP sob orientação da
Profª. Dra. Maria Evelynna Pompeu do
Nascimento.

CAMPINAS

2001

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Prof. Dr. José Roberto Rus Perez

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

B212p	<p>Ballerini, Juliana Gomes.</p> <p>Políticas públicas para a educação infantil : o caso do município de Holambra / Juliana Gomes Ballerini. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.</p> <p>Orientador : Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação de crianças. 2. Políticas públicas. 3. Holambra - Educação. I. Nascimento, Maria Evelynna Pompeu do Nascimento. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>01-0228-BFE</p>
-------	---

*À Violeta Ballerini
com carinho e gratidão.*

Agradeço,

A professora Maria Evelyn Pompeu do Nascimento pela orientação.

Ao meus pais, minha irmã e ao meu noivo pela paciência e compreensão nos momentos difíceis.

As amigas Anna e Dri pelo companheirismo, compreensão e paciência durante esses quatro anos de convivência.

À Marly Klein Gunnewiek, diretora do Departamento Municipal de Educação de Holambra, pela abertura sem a qual esse trabalho não seria possível.

À Neide Becker Benedik de Almeida, Ana Claudia Silva, Rosemeire Severo de Amorim Denofri, Suely Moreno Sperling, Angela Vasconcellos de Pietro, Giane Cristina da Costa e Lucila Caroline Bolonci pessoas que me receberam com carinho e me auxiliaram durante a coleta das informações.

Ao pessoal da Escola São Paulo que me acolheu e se dispôs a auxiliar-me durante essa trajetória.

À Alda Zoni Baka e Maraci Baruchi Gothardo da Secretaria de Educação de Jaguariúna pela ajuda e compreensão.

À todas as pessoas que participaram diretamente e indiretamente e estiveram comigo durante toda a pesquisa.

O meu muito obrigado a toda comunidade de Holambra que desde o início me recebeu com carinho, respeito e acreditou na possibilidade deste trabalho.

A todos vocês o meu muito obrigado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Juliana Gomes Ballerini

Trata-se da elaboração da história da política de atendimento de Educação Infantil Pública no município de Holambra, sendo esse município um caso singular na medida em que foi criado recentemente. A temática se insere na perspectiva das Políticas Públicas para educação; nosso pressuposto é o de que para entendermos o funcionamento de um modelo de educação faz-se necessário que compreendamos a sua construção ao longo dos anos. Para isso a volta ao passado é imprescindível, pois será através da busca das origens e da captação das interferências políticas, pedagógicas e culturais que marcaram o processo de construção e transformação, que entenderemos a realidade atual.

Por esse trabalho se tratar de um estudo de caso, optou-se por utilizar como metodologia o trabalho de campo, a pesquisa em fontes documentais e, principalmente, a história oral.

Na primeira parte do trabalho focalizou-se a construção histórica de Holambra buscando a sua origem com a chegada dos imigrantes holandeses (1949) e as interferências da cultura holandesa no modo de organização e estruturação da colônia e mais recentemente do município. Na segunda parte, com o objetivo de captar a concretização da política educacional, resgatou-se o atendimento das primeiras instituições de Educação Infantil em Holambra, levando-se em conta sua organização e expansão ao longo dos anos. Neste processo, acompanhou-se as ações realizadas pela comunidade, pela Secretaria de Educação do município de Jaguariúna e, mais recentemente, pelo Departamento Municipal de Educação de Holambra relativamente ao campo educacional. Foram abordadas as características do funcionamento atual de Educação Infantil, a qualificação dos educadores e a forma de gestão.

Avaliou-se, finalmente, o desempenho da política educacional no município de Holambra desde sua emancipação. Assim, foi possível dizer que Holambra a partir de uma nova forma de organização e através da elaboração de leis municipais, respaldadas nas propostas políticas do país criou e ainda está criando condições de melhorias da qualidade deste atendimento.

A pesquisa tem o caráter de um Trabalho de Final de Curso tendo sido orientada pela Profa. Dra. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento.

Palavra-Chave: Educação Infantil, Política Pública, Holambra.

Orientador: Profa. Dra. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento.

SUMÁRIO	
Introdução	09
Capítulo I – A História Contando Holambra	
1 – A chegada no Brasil	13
2 – Estruturando a Cooperativa	15
3 – O difício início	16
4 – A comunidade católica	18
5 – A economia e a crise	19
6 – A Cooperativa	21
7 – A vida social da comunidade como forma de preservação dos costumes	22
8 – O contato entre brasileiros e imigrantes holandeses na colônia	25
9 – A assistência médica	26
10 – A emancipação do município de Holambra	27
11 – A Holambra de Hoje	
11.1 – Caracterização da região	28
11.2 – População e Aspectos Demográficos	28
11.3 – Educação	29
Capítulo II – As primeiras creches e escolas	
1 – A Escola particular São Paulo	32
2 – A Creche Schoenmaker	35
3 – A Creche Colméia	
3.1 – A municipalização da Creche Colméia – O momento de transição	43
4 – A Educação Infantil Pública Municipal em Holambra	43
4.1 – O atendimento em Holambra (1983-1984)	45
4.2 – O novo espaço (1985-1988)	47
4.3 – A casa alugada (1989-1990)	50
4.4 – A transição	53
4.5 – O Recomeço	53
5 – A legislação	
5.1 – Lei Orgânica do Município de Holambra	58
5.2 – Estatuto do Magistério e Plano de Carreira	63
5.3 – Regimento Interno	68
6 – CECI'S e EMEI'S – As Instituições Públicas Municipais de Educação Infantil.	
6.1 – Os CECI'S – Centro de Educação e Convivência Infantil	70
6.1.1 – CECI Colméia	71
6.1.2 – CECI Favo de Mel	74
6.2 – As EMEI'S – Escolas Municipais de Educação Infantil	77
6.2.1 – “EMEI Joaquim Felipe de Almeida”	77
6.2.2 – “EMEI Recanto das Palmeiras”	79
7 – A Estrutura da Educação Pública Municipal de Holambra	80
Considerações Finais	82
Bibliografia	86

Tabelas

Tabela 1 – Composição da população de imigrantes em Holambra final de 1950	21
Tabela 2 – Número de habitantes de Holambra 1950, 1975 e 1988	21
Tabela 3 – Número de habitantes 1996 e 2000	29
Tabela 4 – Taxa de Analfabetismos (1996)	30
Tabela 5 – Total de matrículas na Pré-escola, no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (2000)	30
Tabela 6 – Número de matriculados freqüentando efetivamente a Pré-escola 30 dias após o início do ano letivo	31
Tabela 7 – Matrículas “EMEI Bairro Holambra” (1985-1992)	52
Tabela 8 – O atendimento da Educação Infantil Pública Municipal	80
Tabela 9 – Qualificação dos Profissionais da Educação Infantil na rede	80

Quadros

Quadro 1 – Atividades do ano letivo “EMEI Bairro Holambra” entre os anos de 1986, 1987 e 1988	49
Quadro 2 – Número de crianças inicialmente matriculadas no CECI Colméia por turma em 2001	72
Quadro 3 – Os profissionais da Educação Infantil no CECI Colméia	73
Quadro 4 - Número de crianças inicialmente matriculadas no CECI Favo de Mel por turma em 2001	75
Quadro 5 – Os profissionais da Educação Infantil no CECI Favo de Mel	75
Quadro 6 - Número de crianças inicialmente matriculadas na EMEI Joaquim Felipe de Almeida por turma em 2001	78
Quadro 7 - Número de crianças inicialmente matriculadas na EMEI Recanto das Palmeiras por turma em 2001	79

Anexos

Anexo 1 – Organograma do Departamento Municipal de Educação – Holambra. Estrutura Administrativa	88
Anexo 2 – Organograma do Departamento Municipal de Educação – Holambra. Recursos Humanos.	89
Anexo 3 – Planta Baixa CECI Colméia	90
Anexo 4 – Planta Baixa CECI Favo de Mel	91
Anexo 5 – Planta Baixa EMEI Recanto das Palmeiras	92
Anexo 6 – Tabela Salarial do Magistério	93
Anexo 7 – Função gratificada	94
Anexo 8 – Formulário de avaliação do desempenho Profissional	95
Anexo 9 – Formulário de avaliação do desempenho Profissional	96

Introdução

O presente trabalho pretende elaborar a história do atendimento da Educação Infantil Pública no município de Holambra. A temática se insere na perspectiva das Políticas Públicas para educação, sendo esse município um caso singular na medida em que foi criado recentemente, em 1993.

O motivo que me levou à tal pesquisa foi o interesse em entender a estrutura e a organização da Educação Infantil Pública oferecida pelo município de Holambra às crianças em idade de 0 a 6 anos.

Segundo NASCIMENTO (2001) Thoening* define política pública como "*aquilo que se apresenta sob forma de um programa de ação próprio a um ou mais autoridades públicas governamentais*" (p. 5). No nosso caso, estaremos utilizando o conjunto de programas governamentais no campo da Educação Infantil Pública no Município de Holambra. A autora ainda afirma em seu trabalho que as políticas públicas também podem ser vistas como "*um processo de mediação social*". Desse modo, através do nosso olhar pressupomos que tal mediação possa ser construída a partir das relações sociais ao longo da história. Por isso, procuramos utilizar em nosso trabalho a leitura história dos fatos com o intuito de compreendermos a relação entre a história e as políticas públicas.

Deste modo, acreditamos que para entendermos o funcionamento de um modelo de educação faz-se necessário que compreendamos a sua construção ao longo dos anos. Para isso a volta ao passado é imprescindível, pois será através da busca das origens e da captação das interferências políticas, pedagógicas e culturais que marcaram o processo de construção e transformação, que entenderemos a realidade atual.

Por este trabalho se tratar de um estudo de caso, optou-se por utilizar como metodologia o trabalho de campo, a pesquisa em fontes documentais e, principalmente, a história oral, utilizando a entrevista e o depoimento. Fontes documentais foram objeto de nossa investigação; Através da análise minuciosa de documentos, extraiu-se os elementos fundamentais que enriqueceram nossa pesquisa.

Também a reconstituição oral, mereceu uma especial atenção. A partir de algumas visitas preliminares constatamos que a documentação referente à Educação

* THOENING, Jean-Claude. L'Analyse des politiques in GRAWTTZ, M. e LECA, J. *Traité de Science Politique* (T IV). Paris: PUF, 1985.

Infantil existente em Holambra, principalmente, no que diz respeito aos anos anteriores à 1985, era quase inexistente, ainda que, com a emancipação do município, houve uma preocupação em formular novos documentos e organizar os poucos que já existiam. Assim, os depoimentos foram fundamentais para captar aquilo que não estava documentado ou mesmo aquilo que a documentação escrita não conseguiu resgatar, já que essa metodologia serve “(...) *para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível*” (QUEIROZ, p. 15). Desse modo, nos esforçamos para tentar resgatar, mesmo que brevemente, a história da Educação Infantil em Holambra, principalmente, através da memória daqueles que a vivenciaram.

A história oral enquanto técnica de pesquisa vem ganhando cada vez mais atenção no campo da pesquisa das ciências humanas por permitir, através da informação oral, a captação da riqueza dos detalhes ocorrido na relação social de um indivíduo ao longo de sua vida. Através dessa técnica o narrador vai tentando “(...) *reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu*” (QUEIROZ, p. 20).

O relato de vida é um processo longo, onde tudo da narração é importante e quem conduz a história é o narrador. Como nossa atenção estava voltada para o resgate da Educação Infantil, tivemos de fazer um recorte na vida do entrevistado para recolhermos as principais informações que interessava a nossa pesquisa. Desse modo, utilizamos a entrevista e o depoimento por se tratar de dois processos mais curtos e objetivos.

Através de um roteiro previamente escolhido fomos orientando a entrevista. No caso do depoimento, interferimos durante todo o processo do depoente, orientando-o de modo que este conseguisse responder às perguntas. Neste momento procuramos nos manter atento para captar, além da fala, o que estava expresso através das manifestações corporais.

A história oral é um método apoiado na memória. Pode-se dizer que a memória é um fenômeno construído social e individualmente através das relações sociais e políticas “(...) *a memória é um elemento constituinte do sentimento, de identidade, tanto individual como coletiva*” (POLLAK, p. 204).

O indivíduo através do resgate do seu passado vai reconstruindo sua memória, promovendo, dessa maneira, o entrelaçamento entre o real e sua subjetividade. A memória é seletiva, e, envolve além das lembranças, o

esquecimento e o silêncio. Desse modo, pode ocorrer, no momento do depoimento que o entrevistado aproveite “(...) *para passar a limpo o passado e construir um todo coerente, onde se mesclam situações reais e imaginárias*” (KENSKI, p. 109). Por isso, em um depoimento ou em uma entrevista é de extrema importância que o entrevistador aguçe sua observação e tente captar a interferência de outros fatores no relato, além de realizar uma análise crítica dos dados que coletou.

Antes de entrarmos em contato com as primeiras informações a respeito da Educação Infantil no Município de Holambra, realizamos um levantamento do processo histórico desde a chegada dos imigrantes holandeses na região até os dias de hoje. Essa ficou sendo a primeira parte do nosso trabalho que foi realizada através de pesquisas em livros, documentos e fotografias encontradas no próprio município. Temos que confessar que praticamente não encontramos grandes dificuldades para levantarmos as primeiras informações históricas, pois a história desse município está vivamente presente no cotidiano das pessoas que lá vivem. Está descrita em documentos, revistas, na imprensa local e na internet. Diversas vezes visitamos lugares onde as fotografias, os objetos de época e os quadros faziam com que reportássemos ao passado com facilidade.

A história para essa comunidade é muito significativa, ela é preservada com respeito, principalmente, em memória daqueles que já se foram mas que deixaram grandes ensinamentos de trabalho, lutas e conquistas.

Esse primeiro passo possibilitou o nosso primeiro contato com a comunidade local, a qual prontamente se dispôs a nos auxiliar no que fosse preciso. A partir de então, fomos tendo uma noção do trabalho que viria pela frente e conseqüentemente um conhecimento e um entrosamento maior com a comunidade.

Após finalizarmos a primeira etapa deste trabalho, nossa atenção se voltou exclusivamente para a questão da Educação Infantil. Assim, começamos a investigar a existência de fontes que tratassem a respeito desse assunto, e o que encontramos foram somente registros da primeira escola e da primeira creche particular do município. Não conseguimos localizar documentações que trouxessem informações sobre a existência da Educação Infantil Pública Municipal de Holambra antes do ano de 1985. Assim, por falta de documentação concreta o nosso breve histórico sobre a Educação Infantil Pública Municipal de Holambra foi elaborado através do estudo minucioso de fontes documentais, levantamento bibliográfico, mas principalmente a

partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram esse processo trazendo de suas memórias a história viva.

A segunda parte deste trabalho foi dividida em três momentos: o período anterior a emancipação do município; o momento de transição e finalmente o período pós emancipação. Assim, os nossos depoentes foram selecionados de acordo com esses momentos históricos. A localização dos nossos sujeitos se deu a partir da investigação e da indicação de pessoas da comunidade e dos próprios depoentes que após as entrevistas nos indicavam outras pessoas que seriam importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Ao entrarmos em contato com os depoentes, apresentávamos a nossa proposta esclarecendo o objetivo do trabalho. É importante destacar que fomos muito bem recebidos por toda a comunidade e principalmente pelo depoentes que se dispuseram a participar do nosso trabalho.

Durante toda a pesquisa entrevistamos quinze pessoas entre os municípios de Jaguariúna e Holambra, foram quatro entrevistas e onze depoimentos, colhidos com o cuidado de proporcionar aos nossos sujeitos um clima onde eles se sentissem à vontade. Durante as entrevistas e os depoimentos procuramos criar um momento descontraído, sem muitas formalidades com o intuito de estabelecermos um vínculo de amizade. Assim, conseguimos conquistar a confiança dos nossos sujeitos. Percebemos que não houve resistência por parte dos entrevistados de estarem narrando suas vivências, ao contrário, o clima de entusiasmo sempre esteve presente o que fez com que alguns depoimentos se tornassem tão ricos, a ponto de serem traduzidos em grandes lições de vida. Foram momentos de alegria, angústia, lembranças, satisfação, confidências e muita emoção.

Desde de já gostaríamos de deixar registrado o nosso profundo respeito às pessoas que nos concederam as entrevistas e os depoimentos, pessoas essas conscientes da importância do seu papel como sujeito histórico. Gostaríamos também de esclarecer aos leitores que o texto que apresentamos não tem a intenção de esgotar o tema sobre a história da Educação Infantil Pública em Holambra, mas sim descrever uma breve trajetória. Salientamos ainda que as reflexões descritas neste trabalho foi uma leitura pessoal realizada pela pesquisadora a partir de documentos e depoimentos que esta se propôs a analisar. Este não foi um processo simples, pois implicou além das reflexões, a combinação com os julgamentos de valores, ideologias e interesses.

Capítulo I

A História contando a Holambra

1 – A chegada no Brasil

Holambra é um município do interior do Estado de São Paulo que teve sua origem com a chegada dos imigrantes holandeses após Segunda Guerra Mundial, a partir de 1948.

No período pós-guerra, a Holanda estava arrasada, em decorrência da falta de recursos, uma parcela da população, os agricultores, se interessam em realizar a política de emigração, principalmente, dos agricultores jovens, sem perspectivas de futuro no país. O país escolhido para tal política foi o Brasil pois esse, oferecia a vantagem dos imigrantes poderem fixar-se em grupos, formando, assim, colônias. Para o Brasil a chegada de imigrantes também era importante, pois havia grandes necessidades de agricultores técnicos para desenvolver a agricultura e assim suprir a demanda crescente de gêneros alimentícios no país.

Foi aí então que a Organização dos Lavradores e Horticultores Católicos de Holanda (Katholieke Nederlandse Boer en Tuin ders Bond – K.N.B.T.B.) enviou para o Brasil uma Comissão de estudos para pesquisar as possibilidades que o país ofereceria para a instalação de um núcleo de imigração. Segundo WIJNEN (1998), o relatório dessa Comissão não foi muito favorável à imigração pois o Brasil apresentava grandes dificuldades, principalmente, pela caracterização de seu relevo e clima. Apesar dos visitantes ficarem desanimados com o que encontraram, Geert Heymeijer, um dos membros da Comissão e um dos engenheiros responsáveis pela visita ao país, não desanimou pois acreditava que a imigração seria possível se fosse realizada de uma forma organizada, em grupo sob liderança e acompanhada de uma equipe que tivesse condições de ajudar e encontrar soluções para sanar as dificuldades. Heymeijer¹ idealizou a fundação de um núcleo de emigração coletiva, onde os bens seriam comuns, o trabalho coletivo estaria respaldado na religião e a colônia teria como base econômica a pecuária de leite. Para incentivar tal projeto Heymeijer, juntamente com alguns membros do K.N.B.T.B., realizou palestras exibindo documentários expondo as perspectivas da imigração para o Brasil. Os que

¹ Geert Heymeijer nasceu em Amstedân em 1903. Foi um dos Membros da Comissão Holandesa que visitou o Brasil pela primeira vez e o idealizador da colônia holandesa na Fazenda Ribeirão. Engenheiro, partiu definitivamente da Holanda em 1949 juntamente com esposa e três filhos.

se entusiasmaram com a possibilidade, pressionaram o governo holandês para que viabilizasse o projeto de colonização junto ao governo brasileiro. Os contatos foram realizados e firmou-se um acordo entre os dois governos. Primeiramente o apoio financeiro foi oferecido pelo governo brasileiro e mais tarde a ajuda veio do governo holandês.

A execução do projeto de colonização tornou-se mais concreta no final de 1947 quando o diretor do departamento de colonização do Estado de São Paulo, Dr. Doria de Vasconcelos, mostrou interesse pela vinda dos holandeses. Os camponeses seriam incumbidos de cuidar da produção de leite para a cidade de São Paulo na fazenda japonesa Monte D'este, próxima à Campinas. Nesta fazenda, seriam instaladas propriedades de aproximadamente 36 ha. Mas tanto por parte do governo federal quanto estadual foram concedidos empréstimos para a colonização de uma área maior. O governo federal contribuiria na compra de terras e o governo estadual colocaria à disposição uma quantia para custear a emigração de 100 famílias. Desse modo o projeto Monte D'este não pode ser levado adiante e então ficou decidido que seria comprada a fazenda Ribeirão, localizada à 40 Km de Campinas, interior de São Paulo.

Em junho de 1948, em Chicago, o ministro brasileiro para assuntos de colonização, Jorge Latour, fechou acordo com o diretor do Frigorífico Armour acertando as condições de compra da Fazenda Ribeirão, onde os colonos além de trabalharem com o gado leiteiro, cultivariam outros produtos. Dos 7.000 ha. da propriedade, 5.000 ha. foram colocados à disposição para os colonos holandeses.

Quando os holandeses assumiram a fazenda muitos moradores da região foram pedir emprego. No início os trabalhadores brasileiros eram essenciais pois conheciam a região e também supriam a falta de trabalhadores holandeses.

Em 05 de junho de 1948 foi fundada a Cooperativa Agropecuária do Núcleo Holandes Ribeirão. A função da Cooperativa nesta época era a de recrutar e transportar os sócios, além de ajudar na "construção" da colônia pois tudo ainda estava por fazer. Segundo Heymeijer "*O trabalho que agora vamos iniciar é difícil e de grande importância, rezemos um Pai-Nosso*" e tomando a pá pela mão rogou "*Deus abençoe o nosso trabalho*" (WIJNEN, p. 20).

Assim, com a perspectiva de consolidar no país a imigração holandesa, o nome Holambra foi utilizado a partir de agosto de 1948, surgiu da idéia conjunta dos

imigrantes pioneiros das palavras **Holanda – América – Brasil**. O nome oficial da Cooperativa passa a ser Cooperativa Agropecuária Holambra.

De nosso ponto de vista, a denominação reflete a perspectiva de integração dos imigrantes com o país que optaram para emigrar.

Sem permitir que saísse capital do país, já que estava se reestruturando no pós-guerra, a Holanda abriu exceção ao núcleo do Brasil, enviando gado, máquinas e outros materiais necessários para o empreendimento. Como a colônia precisava de recursos financeiros, era necessário urgentemente regulamentar o embarque de famílias holandesas. Inicia-se então o recrutamento dos emigrantes, onde era dada prioridade aos holandeses mais velhos e com maiores recursos financeiros. Emigrantes jovens e solteiros ficavam em segundo plano. O dinheiro disponível dos imigrantes tinha de ser depositado na cooperativa, onde esses assinavam um contrato que constava todos os direitos e deveres.

2 - Estruturando a Cooperativa

Cada família teria direito a um lote de no mínimo 10 ha. e em cada lote a cooperativa ficaria responsável por construir uma casa, uma estábulo e um celeiro. Os cooperados teriam direito ainda ao crédito da cooperativa para adquirir gados e bens imóveis, e, também tinham o direito na participação dos lucros. Após a cooperativa descontar todas as despesas da colônia era feito um depósito de 15% em um fundo de crédito onde todos os imigrantes partilhavam dos lucros de forma igualitária.

Era dever dos emigrantes repassarem todas as suas economias para a cooperativa a fim de que pudesse comprar gado e maquinaria. Os custos da viagem e do transporte da mudança seriam descontados do empréstimo. O cooperado ficaria ligado à cooperativa na forma de prestação de serviço, desenvolvendo toda e qualquer atividade, até que ganhasse uma propriedade. Em troca receberia moradia e um salário. O recebimento da propriedade deveria acontecer o mais rápido possível, dependeria somente da conclusão de divisão dos lotes. Para a construção de sua propriedade, cada cooperado receberia ajuda financeira de 50% a outra metade ficaria sob sua responsabilidade.

Os sócios tinham como dever entregar toda a sua produção à cooperativa, e o acordo entre as partes era feito por tempo indeterminado, norma que só poderia ser

alterada em Assembléia Geral da cooperativa. As determinações deste acordo, de direito e deveres, correspondiam aos estatutos da cooperativa, onde objetivo era *“cuidar dos interesses de seus sócios no tocante à compra e venda, à aquisição e distribuição de terras, no tocante ao crédito, bem como no tocante ao estímulo do trabalho comunitário”* (WIJNEN, p. 22).

A direção da Cooperativa seria composta por três membros. O presidente teria grande autonomia sobre a organização da cooperativa. A Assembléia Geral com a aprovação dos sócios só se daria no caso de concessão de empréstimo ou transações de bens de imóveis.

A colônia estava respaldada nos princípios religiosos. Por isso, freiras da Congregação do Santo Sepulcro foram enviadas ao Brasil, antes dos imigrantes, para aprenderem a língua e darem apoio religioso e sócio-cultural desde o início. Assim, pode-se dizer que a emigração assentou-se nos pressupostos definidos por seu idealizador:

- a) trata-se de grupo organizado não apenas para o deslocamento mas para a obtenção de recursos que viabilize a sua permanência no país escolhido.
- b) condições de manutenção do vínculo entre os membros do grupo através da organização de formas coletivas e solidárias de sobrevivência.
- c) preservação da cultura e valores através do elo com a fé, em um primeiro momento. Posteriormente, veremos que a criação de uma escola para os nascidos no Brasil, aparece como estratégia de manutenção da identidade entre as novas gerações.

3 - O difícil início

A primeira grande viagem feita em grupo começou em dezembro de 1948. Durante o percurso os passageiros faziam muito contatos entre si, já que a viagem duraria três semanas. Muitos ficavam doentes pois sofriam de enjôos, estavam enfraquecidos, sentiam fome pois depois da primeira semana a alimentação era precária.

Para a maioria dos emigrantes a viagem era muito desconfortável. A viagem era feita em navios de carga e por falta de espaço as pessoas ficavam comprimidas umas às outras sem ter o mínimo de privacidade, pois cada grupo era composto por 60 pessoas por viagem.

Chegando ao Brasil as primeiras turmas faziam escalas em algum porto do Nordeste ou do Rio de Janeiro, antes de descerem no porto de Santos. O registro das primeiras impressões dos novos imigrantes mostra a percepção das diferenças entre duas culturas.

“As experiências e primeiras impressões vividas na cidade nordestina passou a ser o grande assunto: o tipo físico das pessoas, a dificuldade da língua, a paisagem, as frutas e os legumes que tinha sido vistos no mercado. (...) Mas os emigrantes se acostumaram logo com as imagens de sujeira e descuido.” (WIJNEN, p. 26)

Do porto de Santos a viagem prosseguia de trem para Campinas e Jaguariúna. A parte final era feita de ônibus ou de caminhão, por estradas escorregadias e cheias de buracos, até a Fazenda Ribeirão. *“Segundo Nabuurs² neste momento as pessoas no ônibus ficavam emudecidos e alguns não podiam conter as lágrimas”* (WIJNEN, p. 27).

A chegada na fazenda foi o começo de um período muito difícil para os imigrantes. O trabalho começava cedo com a reunião de todos os imigrantes na praça da fazenda para a divisão de tarefas. O trabalho era muito pesado e devido ao clima quente os imigrantes com mais idade ficavam muito desgastados. Tudo tinha de ser construído. O terreno não era plano como o holandês e coberto por vegetação de capim grosso. Toda área tinha que ser desbravada para poder ser cultivada e oferecer pastagem ao gado holandês. Iniciou-se a aração dos pastos e a exploração do cerrado.

Para colocar em funcionamento as atividades da própria Cooperativa foram construídos barracões. Para abrigar os gados foram necessários 12 estábulos, também construiu-se uma olaria para economizar na compra de tijolos. Quando os colonos chegaram tiveram que se acomodar nas casas já existentes na fazenda. Eram casinhas simples de pau-a-pique, não havia cozinha, nem banheiro, somente uma sala e alguns quartos. Quando chovia a casa enchia de água inundando tudo. A maioria dos holandeses, apesar de nunca ter trabalhado em construção civil, logo se adaptou. Alguns imigrantes eram carpinteiros e pedreiros e emigraram para coordenar e executar as construções. Em um ano foram construída 60 casas. Também foram construídos armazéns, oficina e uma capela. O número de trabalhadores foi aumentando e, no final de 1950, havia moradia para mais de 100 famílias.

² Um dos primeiros imigrantes a chegar no Brasil.

A iluminação elétrica era limitada, somente a casa da sede tinha esse privilégio. O jeito mesmo era utilizar a luz do lampião a querosene. A água para fazer a limpeza da casa, para a comida e para o banho era bombeada do córrego mais próximo. Para lavar as roupas as holandesas, ao contrário das mulheres brasileiras que lavavam suas roupas no próprio riacho, iam até o rio enchiam os baldes com água e carregavam morro acima até suas casas. Para cozinhar foi necessário a construção de fogões à lenha nas casas. A distribuição do carvão era controlada e centralizada pela cooperativa. Aos poucos a maioria das casas foi ganhando um pouco mais de conforto. Nos anos 60 chegou a eletricidade.

Os imigrantes não dispunham de horta própria, gado ou de alguma colheita. As compras eram feitas no supermercado da cooperativa que funcionava num armazém. A variação de produtos era limitada e o valor das compras era descontado do crédito que cada um tinha na cooperativa.

Devido ao loteamento de toda área da fazenda as famílias passaram a viver bastante isoladas. O cavalo e a charrete era o meio de transporte mais utilizado para se chegar no centro, tanto para fazer compras, como para ir à escola e à igreja.

O isolamento também diminuiu com o crescimento da colônia, pois já se andava de carro. As estradas ficaram mais batidas e com menos risco de encalhar na lama em dias de chuva.

4 - A comunidade católica

Desde a colonização um dos principais objetivos era conservar uma comunidade católica. A formação desta comunidade está relacionada ao trabalho das irmãs da Congregação do Santo Sepulcro. As irmãs eram responsáveis pela organização da hospedagem para imigrantes solteiros, cuidavam dos doentes e necessitados e até montaram uma escola para as crianças.

Quando os primeiros imigrantes chegaram na Holambra ainda não havia uma igreja, para assistirem a missa aos domingos tinham que se deslocarem até Jaguariúna. Isso foi por pouco tempo, pois em 1949 chega na comunidade o padre belga Godfried Sijen, e assim foi necessário improvisar uma capela na casa sede da

fazenda. Logo todos da comunidade se empenharam para construir uma capela. Depois de pronta, recebeu acabamento de primeira com direito a pinturas belíssimas.

Padre Sijen desenvolveu muitas atividades com os jovens, como o escotismo e o teatro. Em 1952, repentinamente o padre Sijen faleceu e em 1954 é substituído pelo padre Ansfredo Verbene. Este padre também tinha como prioridade estimular as atividades com os jovens, para isso oferecia aulas de português e religião.

Em 1966 foi construída uma igreja maior e a Holambra passa ser uma paróquia ligada a diocese de Campinas, recebendo a denominação de Divino Espírito Santo. Esta é uma influência marcante que se expressa na presença da imagem no brasão do município quando de sua criação.

A nova igreja proporcionou maior contato entre as famílias dos colonos. Jovens e velhos freqüentavam as missas, essa era uma grande oportunidade para as pessoas se encontrar. Nos primeiros tempos os padres e as irmãs eram pagos pela cooperativa, mas com o passar dos anos as atividades da paróquia e da igreja ficaram independentes da cooperativa. Uma comissão assumiu esta função e hoje o salário do pároco é pago pela comunidade.

5 - A economia e a crise

A pecuária, que originalmente deveria funcionar como base econômica do projeto, fracassou com o tempo. A longa viagem de navio e a vacina recebida em São Paulo causou a morte de muitos animais.

Aqui no Brasil o gado da raça holandesa não se adaptou às condições, havia febre aftosa e outras doenças que dizimavam os animais. A infra-estrutura era ruim para criação deste gado, o alimento era escasso e de péssima qualidade, não se sabia manejar o gado nestas condições. Em pouco tempo a comercialização parou. Esses fatores também afetaram a produção de leite. A média de produção caiu e ficou bem abaixo das expectativas esperadas.

Frente à essas dificuldades a atenção dos imigrantes se volta cada vez mais para a agricultura, onde também foram encontradas grandes dificuldades pois não tinham o conhecimento técnico e de plantio.

Holambra começa a enfrentar uma crise econômica pois o dinheiro tinha praticamente acabado.

No projeto de colonização ficou estipulado que os imigrantes cobririam o empréstimo feito pelo governo do Estado de São Paulo. O governo havia feito um empréstimo de 2 milhões de florins, com juros de 7,5% ao ano, para trazer 100 famílias. Mas a contribuição recebida ficou abaixo das expectativas e como a contaminação do gado holandês resultou na paralisação das vendas, esses fatores acabou agravando a crise.

A situação financeira foi se tornando crítica. Após repetidos pedidos de empréstimos ao governo holandês, uma comissão composta por dois técnicos, um agrônomo e um economista chegaram à Holambra em 1950, enviados pela Holanda para analisarem a viabilidade do empréstimo. Esses dois técnicos juntamente com alguns membros da cooperativa elaboraram um plano que propunha a divisão da fazenda em sítios de 20 ha., com uma exploração diversificada concluiu-se assim que a fazenda poderia ter uma rentabilidade moderada. Com este parecer o empréstimo holandês foi liberado.

Esta comissão, após estudar e viabilizar o projeto, conclui que o Presidente da cooperativa deveria ser substituído por alguém com maior percepção organizacional e comercial. Além desta substituição decidiu-se nomear uma comissão local para fiscalizar o cumprimento das condições do empréstimo.

Em 1951 sr. Charles Hogenboom se estabeleceu na fazenda Ribeirão como comissário do governo holandês. A influência do sr. Hogenboom sobre o andamento da cooperativa aumentou quando em assembléia foi eleito Presidente da cooperativa.

Após toda essa fase de crise e mudanças, alguns procedimentos tiveram que serem reavaliados. Decidiu-se que os sócios só se tornariam donos de suas propriedades em 1962, com a condição de terem cumprido pagamento de juros de amortização.

A contribuição que cada imigrante tinha feito na cooperativa seria contabilizado com o crédito a ser liberado para instalação da propriedade o restante seria devolvido a partir de 1956. A referência para a divisão da terra era a contribuição que cada um havia depositado na organização.

Com a diversificação da produção, processada e comercializada pela Cooperativa Agropecuária Holambra com a fabricação de queijos, abates de aves, café, fabricação de ração entre outros a colônia foi se estabilizando.

Superada a crise, a Holambra entrou definitivamente para o sistema cooperativista de exploração privada. As dificuldades persistiram, mas com os ânimos renovados, conheceu nestes anos a fase de maior união entre os imigrantes.

Tabela 1 - Composição da população de imigrantes em Holambra no final de 1950.

Categoria	Quantidade	Número de pessoas
Solteiros	63	63
Casais		
Sem filhos	21	42
Com 1-3 filhos	13	45
Com 3-5 filhos	28	166
Com 5 filhos ou mais	31	333
Total	156	649

Fonte: WIJNEN, 1998 (p. 30)

Tabela 2 - Número de habitantes de Holambra 1950, 1975 e 1988.

Ano	Brasileiros	Holandeses	Total
1950	50	650	700
1975	1.800	1.000	2.800
1988	3.300	1.200	4.500

Fonte: WIJNEN, 1998 (p. 73).

6 - A Cooperativa

Por volta dos anos de 1953-54, com a possibilidade de instalação de novas granjas chegaram novos imigrantes. Esses holandeses traziam consigo novas tecnologia e variedade de cultivo, que foram aplicados ao solo brasileiro, transformando a produção rentável. A partir daí seguiu-se uma evolução da produção dos associados que era comercializada através da Cooperativa.

O cultivo de flores iniciou-se no ano de 1951, com a tímida produção de gladiolos, popularmente conhecida como palma de Santa Rita, mas foi entre 1958 e 1965 que a cultura se expandiu. Em 1972 criou-se o departamento de floricultura, dentro da cooperativa para a venda de grande variedades de flores e plantas ornamentais. Anos depois foi implantado o Velling, sistema de leilão.

Com a vinda da energia elétrica em 1966, o desenvolvimento da colônia assumiu um ritmo acelerado. A partir de 1966 até os nossos dias houve uma maior intensificação da produção e um aprimoramento na organização e nas técnicas, partindo-se para a produção em grande escala de cítrus, aves, suínos, ração, ovos, flores, dentre outros.

A Cooperativa cresceu e se desenvolveu. Hoje é uma empresa onde os associados passam a ser vistos como produtores filiados.

7 - A vida social da comunidade como forma de preservação dos costumes

Mesmo estando no Brasil os imigrantes holandeses queriam manter o máximo de seus costumes. Foram formados vários grupos para organizarem atividades para o tempo livre.

Desde a colonização havia um coral masculino que se apresentava nas missas. Era um grupo de cantores gregoriano que ensaiavam durante o trabalho pesado do dia-a-dia. Segundo uma das colonas “*o canto, que soava até o outro lado do rio, naquele silêncio da fazenda, era divino*” (WIJNEN, p.77).

As festas holandesas normalmente estavam ligadas à atividade da igreja, comunhão, casamentos, batizados. Mas uma em especial caracteriza bem a cultura holandesa, é a festa de São Nicolau³. Essa festa faz parte do calendário da cultura da Holambra e ainda hoje se realiza no Natal.

³ A tradição diz que São Nicolau, ou Santa Claus, bispo de Myra, cidade onde hoje está localizada a Turquia, nasceu entre os séculos III e IV. A ele foram atribuídos vários milagres. Daí sua popularidade em toda a Europa como protetor dos marinheiros, santo casamenteiro e amigo das crianças. Sua fama vem de sua generosidade com os mais desfavorecidos, principalmente com as crianças que protegia com toda dedicação. As lendas que se referem a São Nicolau são muitas, mas sempre associadas a sua bondade e proteção. A família de Nicolau era muito rica, com a morte de seus pais o bispo distribuiu sua herança aos mais necessitados, para isso, colocava sacos de ouro nas chaminés das casas, onde secavam meias. Daí o hábito das crianças deixarem as meias na janela ou na chaminé à espera de presentes. É possível que a comemoração de São Nicolau tenha sido fruto da união de duas festas medievais. Na época de 28 de dezembro, o bispo saía junto com as crianças para pedir esmola, e sempre em 06 de dezembro, os estudantes saíam às ruas com o bispo, mas fantasiados de diabo. Com o tempo essas duas festas se fundiram e passou a ser celebrada em apenas um dia. Tornou-se comum, durante muito tempo, os pais presentearem seus filhos no dia 06 de dezembro,

São Nicolau é um bispo que segundo a tradição representa o Papai Noel dos holandeses. Hoje na Holambra a festa é organizada por um grupo de mães voluntárias onde todas as crianças independente de suas nacionalidade participam. Em novembro começa o tempo de São Nicolau. As famílias se reúnem com as crianças para cantar canções típicas da Holanda. As crianças desenharam e escreveram fazendo pedido à São Nicolau deixando os bilhetes dentro das meias que ficam penduradas na janela. A crença afirma que, durante a noite ele ou um de seus ajudantes conhecidos como Pedros Negros, passam nas casas recolhendo os pedidos deixados e em troca deixam balas.

As crianças nesta época costumam ficar mais comportadas, pois todos sabem que os ajudantes de São Nicolau, os Pedros Negros, estão vigiando às crianças. Eles fazem suas aparições repentinamente nas escolas, nas ruas e até nas casas. Na esperança de receberem presentes as crianças recebem varadas (de brincadeira) ou balas e bolachas típicas holandesas dos Pedros Negros, isso depende de como foi o comportamento de cada um durante o ano. Em troca todos cantam as músicas holandesas. São Nicolau agradece à todos com palavras de esperança. A maioria das famílias trocam presentes no dia 6 de dezembro e no natal, dia 25, comemoram apenas o nascimento de Jesus Cristo.

A base da vida comunitária em Holambra se deve ao trabalho realizado junto aos jovens que iam chegando aos poucos. O trabalho com o jovens era importante, porque os mais velhos achavam que por falta do que fazer, esses jovens pudessem causar estragos na fazenda

Desse modo, Holambra sempre ofereceu aos jovens diversas opções de lazer. Para as meninas eram oferecidas aulas de trabalhos manuais, atividades com trabalhos sócio-culturais, jogos, brincadeiras e aulas de natação. Em 1960 todas essas atividades também começaram a serem oferecidas para as garotas brasileiras. Em 1962 formou-se o primeiro acampamento para garotas de escotismo acima de 12 anos.

Em 1951 formou-se, para os rapazes, o grupo de escotismo de idade entre 11 a 16 anos. Para jovens acima de 17 anos foi formado o grupo dos cavaleiros onde esse grupo recebia aula de equitação.

Havia também um grupo responsável pela organização e montagem de peças teatrais. Os artistas se apresentavam ao ar livre e mesmo em dias de chuva não havia desânimo, pois a apresentação era realizada em um dos armazéns. No início o diretor de produção era o padre Sijen e foi através de muito ensaio e determinação que o grupo foi se aperfeiçoando chegando a se apresentar num festival internacional em Campinas.

Os bailes também foram importante no início. Os bailes, para maiores de 16 anos, eram organizados por uma comissão de solteiros. Cobrava-se uma taxa simbólica na entrada para a compra de novos discos. Os bailes geralmente começavam as 19h e terminavam por volta das 22h. Não era muito demorado pois no outro dia todos tinham que acordar cedo para o trabalho. De vez em quando um conjunto musical das cidades vizinhas era convidado para tocar no baile, mas por tocar somente músicas desconhecidas acabava não fazendo muito sucesso entre os holandeses.

Desde o início algumas pessoas da própria comunidade se ofereceram para ministrar aulas de dança, principalmente clássicas, para jovens e adultos. Tentou-se também cultivar as danças folclóricas, o trabalho foi recompensador pois ainda hoje existem vários grupos de danças típicas na Holambra que se apresentam em várias regiões do Brasil ganhando reconhecimento em todo país.

Os imigrantes introduziram como atividades esportista o futebol, logo no início. Em pouco tempo formaram o 1º time de futebol com jogadores brasileiros e holandeses. A novidade cresceu tanto e logo se espalhou. A partir de então a colônia aos domingos começou receber times visitantes. O futebol teve um papel muito importante para integração entre brasileiros e holandeses.

As aulas de natação também logo começaram. No início os imigrante nadavam no rio Jaguari. Em 1950, 36 crianças já participavam do exame de natação para serem aprovados. Como a procura era grande, nos anos 70, foi necessário a criação de um lugar exclusivo para nadar. Um córrego foi represado.

O papel da cooperativa mudou no final de 1975, quando as atividades culturais e esportistas ganharam autonomia. O conselho da cooperativa determinou que as atividades sociais, culturais e esportistas seriam passadas para organizações particulares. Para isso foi eleito um conselho da comunidade.

A partir de 1977 a cooperativa começa a se desligar lentamente de todas as atividades sócio-culturais. A escola, o serviço médico, o esporte e outras atividades tiveram que aprender a caminhar sozinhos.

Em pouco tempo uma organização provisória que ficou conhecida como Comissão da Comunidade assumiu tudo. O papel desta comissão era bastante amplo. Cuidava-se da manutenção das estradas, da segurança, da assistência social à famílias carentes.

No ano de 1980 sentiu-se necessidade de se criar um sistema para manter as lembranças do passado. Foi fundada uma associação que recebeu o nome de Associação do Museu Histórico e Cultura de Holambra.

Com a falta de domínio da língua portuguesa muitos imigrantes não podiam ler os jornais brasileiros. A fonte de informação mais importante era a radio difusora mundial, transmitida diariamente em holandês. A partir de 1950 começou a circular um boletim informativo. Os primeiros exemplares foram escritos em holandês. Falava-se das culturas, da prevenção de pragas e doenças e de problemas comuns agrícolas. Nos anos 70 o informativo passou a ser bilingüe. A confecção era bem anual, as cópias eram rodadas em estêncil comum e a tiragem era limitada.

8 - O contato entre brasileiros e imigrantes holandeses na colônia

Como no início da colonização havia muito trabalho para ser feito, muitos brasileiros se ofereciam para trabalhar na colônia com os imigrantes. A maioria deles vinham de bicicleta ou à pé dos diversos bairros próximos à fazenda.

Com o objetivo de admitir mais funcionários, foram construídas pequenas moradias nas propriedades dos imigrantes. Começa a crescer cada vez mais o número de brasileiros na colônia. Segundo WIJINEN (1998), em 1975 aproximadamente 400 moradias de Holambra eram habitadas por brasileiros. Neste mesmo ano a cooperativa alugava para seus funcionários brasileiros cerca de 70 casas localizadas no centro da fazenda. Mas vale ressaltar que a maior parte dos 2.200 funcionários fixos que em 1975 trabalhavam para cooperativa não moravam na fazenda.

No início havia muita dificuldade para a comunicação entre brasileiros e holandeses devido a falta de conhecimento da língua portuguesa. Muitas vezes era necessário adivinhar o que o outro estava querendo dizer por meio de gestos. Mas

com o tempo eles foram se entendendo, os holandeses começaram a falar um pouco Português e os brasileiros entendiam um pouco a língua holandesa.

A população da colônia aumentou e conseqüentemente suas atividades. Surge então no centro novas residências. Novas ruas foram asfaltadas, a água foi canalizada. Para jovens e crianças foram surgindo novas escolas e o atendimento médico foi melhorado.

9 - A assistência médica

No início da colonização a assistência médica era bastante limitada. Por muito tempo as pessoas puderam contar com o auxílio das irmãs do Ssmo. Sepulcro. Mas não havia médico e nem parteira própria para colônia.

Foi através de contatos realizados entre os padres de Holambra e de Campinas é que se foi possível fazer contato com um médico brasileiro, Dr. Arlindo Gerard Jacob. Esse médico atendia gratuitamente os religiosos de Campinas.

Após os primeiros contatos o médico passou a fazer consultas em Holambra semanalmente. Foi então providenciado uma farmácia e também uma sala para o atendimento. Durante anos o médico atendeu os holandeses e também os brasileiros que trabalhavam na Holambra.

A assistência médica diária era realizada pelas irmãs, elas eram o ponto de referência para qualquer problema de saúde. Era comum as enfermeiras irem trabalhar ou atender alguma emergência de charrete ou à cavalo.

As condições climáticas do Brasil são muito diferente da Holanda. Devido a dificuldade de adaptação dos imigrantes surgiam muitos males. As irmãs atendiam muitos casos com problemas de pele, machucados provocados pela vegetação espinhosa, cheia de insetos, e também casos de fraturas, principalmente provocadas por queda do cavalo.

Em 1949 chegou da Holanda uma enfermeira fixa. Os custos dos atendimentos médicos eram assumidos pela cooperativa. Ao tornar-se sócios da cooperativa os imigrantes tinham seguro médico automático.

Em 1959 o atendimento médico melhorou quando as enfermeiras receberam um jipe da cooperativa para substituir o cavalo e a charrete.

Em 1961 as enfermeiras implantaram um curso de primeiros socorros para as mães holandesas. A assistência média também atendia toda a população brasileira, essa tinham direito à assistência gratuita nos hospitais das cidades vizinhas.

A assistência médica foi melhorando com o passar dos anos, e com isso foi possível montar um Serviço Médico Social em Holambra.

Nas áreas mais afastadas do centro foram instalados, em 1976, quatro postos para atender, principalmente, crianças para o controle de crescimento, vacinação e distribuição de leite.

Desde a emancipação de Holambra em 1993, o posto de atendimento médico foi ampliado e melhorado.

10 - A emancipação do município de Holambra

Quando os colonos holandeses adquiriram a Fazenda Ribeirão, esta área pertencia ao município de Mogi Mirim. Pouco depois foram surgindo novos municípios. A Fazenda ficou então dividida entre os municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Santo Antônio de Posse e Jaguariúna.

Até os anos de 80, Holambra era uma pequena comunidade sem grandes problemas sociais. Após esse período, devido a oferta de emprego, a colônia começou a se desenvolver e junto aumentaram os problemas.

A partir de então, um grupo de moradores passou a se reunir para discutir e propor soluções para os problemas sociais. Surgiu assim a Comissão para Assuntos Urbanos de Holambra, a qual ligada a comunidade e as diversas Prefeituras tinha o intuito de solucionar problemas urbanos como água, energia e infra-estrutura.

O grupo percebeu que precisavam de maior apoio de autoridades dos município aos quais Holambra pertencia. Desse modo, se dedicou mais a política e apresentou candidatos a cargos públicos, para representar a comunidade. Em 1983 Holambra ganhou seu primeiro representante no Legislativo de Artur Nogueira e em 1988 foram eleitos mais quatro representantes.

Pelo fato de Holambra pertencer a quatro município, os membros da Comissão para Assuntos Urbanos de Holambra chegaram à conclusão que estava na hora desta comunidade se emancipar, uma vez que cada município ligados à Holambra ficava com uma parte do imposto recolhido, e nada faziam para a comunidade.

A condição imposta pelo Governo de São Paulo para emancipar uma comunidade ou bairro é formar primeiramente um distrito. Mas,

“(...) graças a colaboração recebida do projeto (Lei 6645/90 que alterou o artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias da Constituição do Estado de São Paulo de 05.10.1989), daria condições para que Holambra se emancipasse antes de ter sido distrito. Veio então a Lei Estadual Complementar no. 651 de 30 de junho de 1990 que dispõe sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de município.” (WIJNEN, p.165-166.)

Em 1990 realizou-se um grande encontro entre a comunidade de Holambra onde foi formada um Comissão em favor da Emancipação. Em 1991 realizou-se o Plebiscito onde 98% dos votos foram sim.

Em 30 de dezembro de 1991 o governador do Estado, Fleury Filho, sancionou a lei no. 7664 decretando a criação do novo município de Holambra, com sede no núcleo urbano e extensão territorial de 65 Km², desmembrados do município de Artur Nogueira, Cosmópolis, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse.

Holambra teve sua independência a partir da instalação do município, a 1º de janeiro de 1993, com a Posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos em 03 de outubro de 1992. Em abril de 1998, Holambra comemorou mais uma vitória, o reconhecimento como Estância Turística.

11 - A Holambra de hoje

11.1 - Caracterização da Região

Holambra está localizada no interior do Estado de São Paulo a 135 Km da capital. Possui uma superfície territorial de 65Km². O relevo é plano com altitude média de 600m. Está a 22º 37' de latitude sul e 47º 03' de longitude oeste. O clima é temperado tendo a máxima de temperatura 32º C e a mínima 13º C⁴. A média de precipitação anual é de 1.500 mm. A região é banhada pelos rios Jaguari, Camanducaia e Pirapitingui.

11.2 - População e Aspectos Demográficos

Segundo dados preliminares do IBGE referentes ao censo de 2000, Holambra conta com uma população de aproximadamente 7.200 habitantes e apresenta uma

⁴ Fonte: IBGE. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

densidade demográfica de 110 habitantes/Km². De acordo esses dados, residem na área urbana 3.958 pessoas e na área rural 3.273 habitantes.

O relatório do SEBRAE⁵ (1999) nos mostra que no ano de 1996 o município contava com uma população de 6.653 habitantes e apresentava uma densidade demográfica de 102 habitantes/km². Moravam na área urbana 1.686 pessoas e na área rural 4.967 habitantes.

Comparando os dados estatísticos dos censos de 1996 e 2000 (Tabela 3), podemos observar que nesse período ocorreu um aumento da população. Além disso, nota-se que houve um deslocamento da área rural para a urbana, pois, diferentemente de 1996 quando havia uma preponderância da população rural sobre a urbana, em 2000 há maior concentração na zona urbana.

Tabela 3 - Números de habitantes 1996 e 2000.

População	Censo 1996	Censo 2000
Pessoas residentes	6.653	7.200
Pessoas residentes na área urbana	1.686	3.958
Pessoas residentes na área rural	4.967	3.273

Fonte: IBGE, Censo 1996 e 2000.

De acordo com relatório do SEBRAE (1999), Holambra apresentou uma taxa média de crescimento relativamente alta durante a década de 1990, pois entre os anos de 1991 e 1996, o município recebeu 1.702 pessoas de diversos estados. Além do próprio estado de São Paulo, os imigrantes vieram do Paraná e Minas Gerais.

11.3 - Educação

O relatório do SEBRAE também nos mostra que a taxa de analfabetismo de Holambra em 1996 era de 14,4% dos habitantes (Tabela 4). Com essa taxa o município se coloca numa situação intermediária entre os demais municípios da região, se estabelecendo abaixo da média o que lhe dá uma situação satisfatória.

⁵ Relatório SEBRAE “**Diagnóstico Municipal e Plano de Ação Holambra**”, realizado pela equipe técnica do SEBRAE e equipe técnica UNICAMP/IE-NEIT, contando com o apoio da ACIAH - Associação Comercial Industrial e Agrícola de Holambra e do Programa de Emprego e Renda – PRODER.

Tabela 4 - Taxa de Analfabetismo (1996)

Município	Taxa de analfabetismo
Holambra	14,14%
Artur Nogueira	15,96%
Cosmópolis	14,70%
Engenheiro Coelho	18,00%
Nova Odessa	13,80%
Paulínia	13,93%
Santo Antônio de Posse	18,60%
Sumaré	16,35%
Média do Conjunto	15,69%

Fonte: SEADE in SEBRAE "Diagnóstico Municipal e Plano de ação Holambra", 1999.

Com relação às matrículas escolares de Holambra, nota-se a partir da tabela 5, que grande parte das matrículas são provenientes das escolas municipais, principalmente no ensino fundamental. As escolas particulares representam 19.3% das matrículas do total e as escolas municipais são fundamentais para o nível da pré-escola.

Tabela 5 – Total de matrículas na Pré-Escola, no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (2000).

	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Estadual	0	0	476	0	0	476
Municipal	344	1.458	0	16	122	1.940
Privada	127	338	113	0	0	578
Total	471	1.796	589	16	122	2.994

Fonte, MEC 2000 Censo Escolar.

Tabela 6 – Número de matriculados freqüentando efetivamente a Pré-Escola, 30 dias após o início do ano letivo.

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Número de Matriculados	111	122	117	478	488	272	337

Fonte: SEADE, 2001.

A tabela 6 indica o número de crianças matriculadas na Pré-escola desde o ano da emancipação até 1999. Ela mostra que houve um crescimento de 430,6% entre 1993 e 1996. Decaiu significativamente em 1998, provavelmente em função da criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), uma situação que, ainda que reconheçamos seus benefícios para o financiamento do ensino obrigatório, acabou por diminuir a oferta de vagas na Educação Infantil em significativa parcela dos municípios brasileiros.

Ainda assim, o aumento observado em 1999 deve-se ao fato da Rede Municipal de Educação Infantil ter ampliado o número de vagas inaugurando salas de aula nos bairros Palmeiras e Fundão – Zona Rural e municipalizando o CECI Colméia.

Capítulo II

As primeiras creches e escolas

1 - A Escola particular São Paulo

Quando os holandeses chegaram na Fazenda Ribeirão, em 1948, já existia uma escola pública a “Escola Mista Rural da Fazenda Ribeirão” que atendia às crianças brasileiras moradoras da região. A professora, dona Lourdes, era uma brasileira que morava na cidade de Mogi Mirim e que durante a semana permanecia na fazenda. A escola oferecia os quatro primeiros anos de ensino e todo conteúdo série era ministrado por essa única professora. Foi somente em 1949 que dona Lourdes passou a contar com a ajuda voluntária das Irmãs da Congregação do Santo Sepulcro.

Inicialmente, como os imigrantes não dominavam a Língua Portuguesa, as freiras intermediavam as relações entre brasileiros e holandeses. Com o tempo as Irmãs começaram a ensinar o português aos filhos dos imigrantes ministrando aulas em casas desocupadas da colônia. A carpintaria da fazenda confeccionou as carteiras e as freiras elaboraram o material pedagógico. O material de alfabetização era em português e a comunicação em sala de aula se dava em português e holandês. Sabendo disso, por motivos legais⁶ a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo impediu o funcionamento desses espaços. A única opção dos holandeses foi transferir seus filhos para a escola pública juntamente com as crianças brasileiras. Este fato de fundo político acabou gerando conflito entre os brasileiros e os colonos holandeses.

“Tais medidas deram origem a situação de conflito: de um lado os colonos procuravam preservar seus valores tradicionais; do outro, a escola, através de número reduzido de elementos nacionais, tentava impor-se como órgão da sociedade politicamente dominante”
(Relatório da Escola São Paulo⁷)

Nesta mesma época a Delegacia de Ensino da cidade Campinas enviou uma diretora para administrar a escola pública da fazenda, agora denominada “Grupo

⁶ Em função da guerra foi proibido o aprendizado em escolas bilingües.

⁷ Escola São Paulo: primeira escola particular de Holambra. Documentação sobre a História da Escola São Paulo. “A História e a Trajetória de uma comunidade escolar: A Escola São Paulo”, Relatório elaborado em parceria com a comunidade neste ano de 2001 em que a escola comemora os seus 50 anos.

Escolar da Fazenda Ribeirão”. As Irmãs da Congregação do Santo Sepulcro, para facilitar a comunicação entre as crianças brasileiras e holandesas passaram auxiliar as professoras em sala de aula. Mas, logo foram afastadas e proibidas de lecionar pois não dispunham de documentação legal para exercerem o magistério aqui no Brasil.

Para freqüentar a escola pública as crianças holandesas tinham que passar por uma avaliação onde seriam classificadas por séries. O critério utilizado era o conhecimento da Língua Portuguesa. Para os holandeses isso causou um grande descontentamento, pois achavam que seus filhos estavam sendo discriminados. Crianças com grande diferença de idade estavam sendo colocadas em uma mesma série e isso se agravava com a dificuldade da comunicação entre os alunos.

Devido a falta de adaptação das crianças holandesas ao modelo de ensino brasileiro e também pela falta de conhecimento da Língua Portuguesa e ainda, segundo consta em documentação da escola São Paulo, devido ao descontentamento e a baixa expectativa dos imigrantes em relação a qualidade de ensino oferecido, a Cooperativa juntamente com o apoio dos colonos começou a incentivar uma educação de melhor qualidade para os holandeses.

As freiras então afastadas, fazem um curso para revalidarem legalmente o diploma. Vão se aperfeiçoando na Língua Portuguesa e adquirindo a “competência” necessária para magistério. Assim retornam à colônia para ensinarem a Língua Portuguesa às crianças holandesas.

Em 1951, o Estado reconheceu a escola particular como estabelecimento de ensino legal e finalmente seu funcionamento foi autorizado. Instalada no prédio da antiga fábrica de leite da fazenda, a Escola São Paulo, nome dado em homenagem ao Apóstolo Paulo, começou a funcionar sob a supervisão do Estado. Algumas professoras brasileiras foram contratadas para trabalhar nesta escola a qual oferecia, quase que exclusivamente às crianças holandesas, uma sala de pré-primário e quatro anos do ensino básico. Inicialmente as professoras brasileiras ensinavam Português, Geografia e História e as freiras ou as professoras holandesas, eram responsáveis pela parte da Matemática, Desenho, Música e trabalhos manuais.

A escola pública que havia na fazenda continuou a existir. Em 1950, com o aumento da população, a escola foi transferida para um prédio maior. Na década de 1990 foi desmembrada em duas escolas a “Escola Municipal de Educação Básica Jardim Flamboyant” e a “Escola Estadual de Ensino Médio Ibrantina Cardona”.

A partir do funcionamento da escola particular, houve uma nítida separação das crianças. De um lado, a escola particular atendia os filhos dos holandeses e, do outro, a escola pública atendia os brasileiros. Essa dicotomia permanece até hoje embora um pouco mais amenizada.

Nesta época, somente a escola São Paulo oferecia o pré-primário. Esta sala atendia crianças pequenas com idade entre 4 a 6 anos que, era um espaço onde além de brincar as crianças aprendiam cores, noção de tamanho, de forma e também a se comunicarem através das Línguas Portuguesa e Holandesa. Segundo sra. Esther Wagemaker⁸ a lembrança dessa época ainda é muito marcante em sua memória. Se recorda com grande emoção daquele tempo, da professora, das brincadeiras, das amizades que fizera e principalmente dos brinquedos “... as crianças ficavam encantadas com a quantidade e variedade de brinquedos, muitos vindo da Holanda” (Esther).

A escola holandesa tinha um horário um pouco diferenciado da escola brasileira, isso dificultava o contato entre crianças holandesas e brasileiras. Segundo Monique Segerem, descendente de imigrante:

“Minha geração carrega uma bagagem da cultura holandesa que ainda se manifesta no nosso modo de pensar e agir. Quando freqüentávamos a escola São Paulo podíamos notar a separação entre holandeses e brasileiros em nosso convívio. (...) Falávamos praticamente apenas o holandês até os seis anos de idade. (...) Freqüentávamos somente as casas de famílias holandesas tanto para brincar como para visitas rotineiras de final de semana” (WIJNEN, p.110).

Com o tempo o número de alunos aumentou e o atendimento da escola São Paulo se expandiu. Houve a necessidade de contratar mais professores e, com isso, seguiu-se o sistema de ensino brasileiro. Em 1973 Zélia Castanho, uma dessas professora assumiu a direção da escola e fez algumas inovações. Primeiramente, intensificou o aprendizado da Língua Portuguesa, pois havia uma grande dificuldade das crianças holandesas com essa língua. Para um melhor entrosamento entre holandeses e brasileiros, Dona Zélia, trabalhou com questões relacionadas ao estudo do meio,

⁸ Uma das primeiras moradoras brasileiras da colônia holandesa. Aos três anos de idade juntamente com sua família foi morar na Fazenda Ribeirão. Sua mãe trabalhava para as Irmãs da Congregação do Santo Sepulcro e através desse vínculo Esther Wagemaker foi convidada pelas freiras a estudar na Escola São Paulo, uma vez que sua mãe tinha que trabalhar e não tinha com quem deixá-la.

datas comemorativas brasileiras, com intuito de integrar os alunos e os pais holandeses na cultura brasileira.

A escola São Paulo, desde o início sempre contou com a participação e o envolvimento da comunidade holandesa. Desde o seu surgimento desenvolveu um trabalho baseado nos ideais de coletividade e cooperação, marcas trazidas da cultura holandesa. Foi com essa filosofia que durante todos esse anos a escola cresceu e se abriu para toda comunidade brasileira. Logo passou a oferecer os oito anos do Ensino Fundamental e hoje quando a escola completa seus 50 anos passa a oferecer também o Ensino Médio.

2 - A Creche Schoenmaker

O grupo Schoenmaker, um dos pioneiros no cultivo e produção de flores, foi a primeira empresa em Holambra a organizar e criar em suas próprias dependências uma creche para atender os filhos de seus funcionários.

Tudo começou no sítio Pioneiro, de propriedade da família Schoenmaker onde se cultivava flores e plantas desde 1950. Neste início todo o trabalho era realizado pelos próprios membros da família, ficando os homens responsáveis pelo andamento da empresa e as mulheres pela parte social.

Com o passar dos anos, esse trabalho em conjunto proporcionou o crescimento da empresa. O investimento em novas tecnologias fez com que aumentasse o ritmo de produção e comercialização dos produtos. Para absorver essa demanda houve a necessidade de contratar mais empregados, para isso, a empresa construiu em sua própria área casas coletivas para abrigar esses novos funcionários. A oferta de vaga contribuiu para que muitas mulheres, pela primeira vez, trabalhassem fora de casa.

As mulheres da família Schoenmaker interessadas pela parte social da empresa, começaram a observar um aumento significativo de mulheres trabalhando no sítio. A partir de então a sra. Anna Maria Antônia Petronella van de Groes Schoenmaker, carinhosamente conhecida por Annemi⁹ juntamente com mais duas cunhadas começaram a visitar as famílias que trabalhavam e moravam no sítio Pioneiro para fazer um levantamento das principais necessidades dessas pessoas. Um

⁹ A sra. Annemi veio para o Brasil com três anos de idade juntamente com seus pais e mais sete irmãos. Estudou até a adolescência na Holambra quando conheceu seu esposo. Casou-se com Theodorus Maria Willebrordus Schoenmaker aos 21 anos e foi morar no sítio Pioneiro.

dia conversando com uma funcionária essas senhoras descobriram que enquanto as mães trabalhavam seus filhos ficavam trancados em casa porque não tinham com quem deixá-los.

Sabendo disso, a sra. Annemi e suas cunhadas começaram a pensar sobre a possibilidade de se criar uma creche, um espaço onde as crianças poderiam ser “cuidadas” no período em que suas mães trabalhassem. Havia no sítio um barracão desativado, esse local foi reformado e transformado em um espaço para atender as crianças.

Não podemos deixar de citar que no Brasil, em primeiro de maio de 1943 houve na área empresarial uma grande conquista, a consolidação das leis do trabalho aprovada pelo Decreto Lei nº. 5.452, que garantiu as mulheres funcionárias de empresas o direito de seus filhos receberem atendimento dentro do espaço de trabalho. Segundo FONSECA¹⁰ (1998) a lei dizia:

“Artigo 389 – Toda empresa é obrigada:

Parágrafo 1º – Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado, onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos, no período da amamentação”.

É importante lembrar que a creche foi resultado de lutas intensas para o seu oferecimento desde 1943 com essas leis trabalhistas. *“Entretanto, essa primeira investida na área das creches se perdeu e elas ficaram relegadas àquelas instituições filantrópicas”* (CAMPOS, p.35)¹¹. Somente na década de 1980 que o movimento de luta por creche ganhou força.

Não há registro que se tenha documentado a data exata, mas, segundo uma das idealizadoras da Creche Schoenmaker, foi aproximadamente entre os anos de 1973-1974 que a creche começou a funcionar atendendo crianças com idade entre 2 a 6 anos. Seu principal objetivo era garantir às mães o cuidado e a segurança dos seus filhos enquanto trabalhavam *“...era mais, a mãe saber que a criança estava cuidada e segura”*(Annemi).

Para “cuidar” das crianças a empresa contratou uma funcionária que morava no próprio sítio. Durante o período que permaneciam na creche as crianças recebiam

¹⁰ FONSECA, J. P. da. **A Educação Infantil**. In: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Diversos Autores, SP, Pioneira, 1998.

¹¹ CAMPOS, M. M. M., PATTO, M. H. S., MUCCI, C. **A Creche e a Pré-escola**. In: Caderno de Pesquisa, São Paulo (39): 35-42, nov. 1981.

cuidados de higiene, saúde, alimentação e atenção. Havia um simples planejamento, elaborado pela Assistente Social da empresa juntamente com as idealizadoras, que orientava a “pajem”, como era chamada, como “cuidar” e realizar algumas atividades lúdicas com as crianças. A empresa era responsável por todas as despesas, inclusive pela alimentação. Pela manhã e no período da tarde as crianças recebiam um lanche e, na hora almoço, as mães tinham o costume de pegar seus filhos e levá-los para almoçar em casa. Na verdade, durante todo o dia esse era o único momento que tinham para ficar na companhia de seus filhos.

A produção aumentava a cada ano, com isso, houve a necessidade da empresa transferir a parte de beneficiamento para um barracão onde hoje se localiza a região central da cidade. Foram contratados mais funcionários para trabalhar nessas novas instalações e conseqüentemente, o número de crianças também aumentou. Com isso, houve a necessidade de transferir uma parte da creche do sítio Pioneiro para junto desse barracão.

Em 1974 a sra. Terezinha Meirelles Kors, uma das primeiras professoras brasileiras a trabalhar na escola São Paulo, juntamente com a Assistente Social da Cooperativa e mais algumas senhoras da comunidade, fundaram uma creche na região central da colônia, a Creche Colméia. Com o tempo, essa creche foi se estruturando trazendo bons resultados para a comunidade local. Aproximadamente entre os anos de 1976-1977 o grupo Schoenmaker achou por bem unir-se à creche da comunidade. A proposta foi apresentada e aprovada pela população. Assim, todas as crianças da creche da empresa, passaram a freqüentar a creche da comunidade e o grupo Schoenmaker se comprometeu a financiar o atendimento de cada crianças de sua empresa matriculada nesta creche.

3 - A Creche Colméia

Com o processo de desenvolvimento econômico e social da Fazenda Ribeirão, a comunidade de Holambra começou a oferecer um número significativo de vagas em frentes de trabalho, atraindo para si mão-de-obra, principalmente, das cidades vizinhas. Com isso, a população começou a crescer e conseqüentemente foram surgindo e aumentando os problemas e as necessidades sociais.

A partir de uma pesquisa realizada pela Assistente Social da Cooperativa, Vera Lia Teixeira, juntamente com comunidade local, foi possível levantar as

principais necessidades da população. Segundo WIJNEN (1998), a partir de então vários projetos como, a formação do grupo de voluntários, auxílio às gestantes e o programa de leite, foram elaborados com o objetivo de auxiliar e orientar os moradores. Para realização desses projetos, a Assistente Social contou com o apoio da própria comunidade que se reunia periodicamente para discutir sobre os problemas sociais. Em uma dessas reuniões levantou-se a discussão de que muitas mulheres não tinham com quem deixar seus filhos no período que em trabalhavam.

Sendo assim, foi através de um trabalho de mobilização da comunidade, que um grupo de senhoras voluntárias com o apoio da Assistente Social, elaboraram uma proposta de criação de uma creche para a comunidade, um espaço onde as crianças pudessem serem “cuidadas” enquanto suas mães trabalhassem.

Inicialmente as atividades começaram em um espaço improvisado que funcionava somente duas tardes por semana e atenderia crianças com idade entre 2 a 7 anos. Depois de algum tempo a escola São Paulo cedeu uma de suas salas para o funcionamento da creche. A partir de então montou-se uma diretoria composta por oito membros que elaborou o primeiro estatuto da Creche Colméia tendo sob direção sra. Terezinha Meirelles Kors¹².

Em 29 de julho de 1974 a Creche Colméia, razão social Creche Holambra, instituição filantrópica sem fins lucrativos, começou a funcionar legalmente. Segundo consta no primeiro “Estatuto da Creche Holambra – Fazenda Ribeirão – Jaguariúna”:

“Artigo 1º – A Creche Holambra é uma instituição de caráter beneficente e de promoção social sem fins lucrativos, que tem por finalidade básica abrigar crianças de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor, credo e religião, visando desenvolvê-las social, moral e culturalmente, enquanto proporciona condições para a promoção familiar do menor atendido”.

Durante 21 anos esses foram os princípios norteadores do trabalho desenvolvido por voluntários e funcionários da Creche Colméia.

A família da sra. Terezinha Meirelles Kors, que morava em Campinas, tinha um contato muito próximo com a LBA¹³. Através da troca de informações e da

¹² Terezinha Meirelles Kors era brasileira, casada com o sr. Nico Kors um imigrante holandês que naquela época era gerente financeiro da Cooperativa. Foi uma das primeiras professoras brasileira da Escola São Paulo.

¹³ A LBA - Legião Brasileira de Assistência - tinha como finalidade básica oferecer proteção à maternidade e a infância carente de recursos. Em 1946 passa a constituir órgão de consulta do Estado.

apresentação da proposta inicial da creche houve uma grande aproximação entre o grupo de voluntárias e a LBA. A partir de então, a creche passou a contar com a orientação e treinamento de monitoras dessa legião.

A procura pela creche aumentou e somente duas tardes de atividades se tornaram poucas para atender as crianças. A direção da creche resolveu apresentar a situação à Cooperativa com o intuito de solicitar doação de um espaço maior para acolher as crianças. Sabendo dessa necessidade a Cooperativa concordou em doar a antiga casa sede da Fazenda, que também já havia sido a casa dos Padres.

A antiga casa dos Padres, segundo sra. Esther Wagemaker, era um local muito amplo. Havia uma cozinha, lavanderia, grandes quartos e um grande gramado. O grupo se instalou e, logo as atividades passaram a ser oferecidas todos os dias. Para tanto, além das voluntárias, foi preciso contratar duas professoras e mais algumas funcionárias.

A creche Colméia sempre foi uma instituição filantrópica sem fins lucrativos e desde o início se manteve através de doações. A partir do seu cadastramento na LBA, a creche passou a receber ajuda financeira dessa instituição. Segundo WIJNEN (1998), a LBA ficou responsável por 25% dos custos da creche e o complemento provinha de doações de empresas, do comércio e também dos pais que contribuíam com uma quantia simbólica.

A creche recebia também muitas doações de roupas, móveis, eletro-doméstico e roupa de cama da própria comunidade. Segundo sra. Esther Wagemar é tradição da cultura holandesa uma vez por ano as famílias pintarem toda a casa e fazer uma “limpeza” doando objetos em bom estados que não mais serão utilizados. A ajuda também vinha da Holanda. O contato entre os imigrantes e a Holanda sempre foi muito freqüente. Através do vínculo entre voluntários brasileiros e holandeses houve a possibilidade de realizar um “intercâmbio” entre esses países. Na Holanda dificilmente objetos em bom estado são jogados fora, geralmente são enviado à países pobres com populações em estado de miséria. Assim, todo ano a Creche Colméia recebia containers vindos da Holanda de navio cheio de doações, roupas,

A partir deste ano “começam a surgir centros de proteção à criança e a mãe, alguns criados e operados pela própria LBA e outros com recursos das comunidades contando com o apoio técnico e financeiro da Legião” (KRAMER, p. 71). Em 1974, a LBA é vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social do governo Federal e propõe a execução do Projeto Casulo. projeto esse voltado a prestar assistência ao menor de 0 a 6 anos e proporcionar às mães tempo livre para poderem trabalhar. Através de um convênio entre instituição e o Projeto Casulo, a LBA pode “financiar a

eletro-domésticos, brinquedos, onde tudo era aproveitado e parte desses objetos se destinavam ao bazar da creche.

Outra fonte de renda para arrecadação de fundos, era a participação dos voluntários da Colméia na Expoflora¹⁴. A creche ganhou um espaço nesta exposição onde os voluntários e funcionários preparavam e se revezavam na venda de comidas típicas. O dinheiro arrecadado nesta exposição geralmente era destinado para a manutenção do prédio da creche. Como a casa era muito antiga o gasto com a manutenção era muito alto.

A procura pela creche continuava aumentando a cada ano. Durante uma reunião entre os membros da diretoria discutiu-se sobre a possibilidade de se criar um espaço próprio, melhor estruturado e mais adaptado para atender as crianças. O dinheiro arrecadado na festa da exposição gasto com a manutenção da casa poderia ser destinado à construção de um prédio novo. Em princípio a idéia não agradou a todos, para alguns essa proposta era ousada demais para uma instituição que, praticamente, se mantinha através de doações. Mas, alguns voluntários não desanimaram e estavam dispostos a lutar para realização deste sonho.

O primeiro passo foi procurar a Cooperativa para apresentar a proposta. Para a surpresa de todos, foram presenteados com a doação de um terreno. Mas como o dinheiro arrecadado até o momento não era suficiente para o início da obra, o grupo demorou para tomar iniciativa e com isso perdeu o terreno, a Cooperativa revogou a doação. Os voluntários não desistiram, levaram o pedido novamente à Cooperativa solicitando a doação de um novo espaço, e nesta ocasião deixaram claro que começariam a construir brevemente. Na verdade o dinheiro levantado ainda não era suficiente, mas já daria ao menos para iniciar a obra. A Cooperativa concordou em doar um outro terreno com aproximadamente 8.000m².

Acreditando na possibilidade real de construção de um prédio próprio para a instalação da creche, houve um engajamento maior entre todos os envolvidos. Os membros da diretoria se reuniram para elaborar a nova proposta. Imediatamente o grupo de senhoras procuraram a Prefeitura de Jaguariúna, já que a parte da educação era de responsabilidade deste município, para apresentarem o projeto e pedirem ajuda. O Prefeito de Jaguariúna se prontificou em ajudá-las. Colocou a disposição

alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção e os registros" (KRAMER, p. 72).

¹⁴ Festa típica de exposição de flores que acontece anualmente em Holambra.

um engenheiro que ficou responsável por elaborar a planta da creche idealizada pelo grupo de voluntárias da comunidade Holambra. Ao enviarem a planta para orçamento logo descobriram que o dinheiro arrecadado não daria para pagar nem a metade da obra. Recorrendo novamente a Prefeitura de Jaguariúna receberam uma proposta. Recentemente o Departamento de Promoção Social havia enviado para o Prefeito uma planta de creche elaborada pela LBA que já havia sido aprovada pelos órgãos do governo federal. A planta era mais simples e o material utilizado na sua construção bem mais conta. A proposta era de que a grupo da comunidade Holambra avaliassem esse modelo de construção. Aprovada, a nova planta foi elaborada baseada no modelo da LBA sofrendo somente algumas adaptações realizadas pelo próprio grupo de voluntárias. O dinheiro ainda não dava para cobrir a obra, mas já dava para iniciar a construção.

Toda a comunidade de Holambra e das cidades vizinhas conheciam e acompanhavam de perto o trabalho dos voluntários para levantar o prédio da creche. Assim, cada um ajudava da maneira que podia, através de doações em dinheiro, de materiais de construção ou mão-de-obra. A Prefeitura de Jaguariúna ajudou na terraplanagem e com uma quantia em dinheiro. Com todas essas doações em 1987 iniciou-se a obra. Mas, logo depois de algum tempo o dinheiro já havia terminado e decidiu-se parar a construção.

Nesta época aconteceu um fato que marcou profundamente a memória do idealizados do projeto e dos envolvidos. Na Holambra haviam vários holandeses, ex-combatentes de guerra, que aposentados pelo governo da Holanda, escolheram o Brasil para viverem “o resto de suas vidas” devido ao clima quente. Entre essas pessoas havia um casal, srs. Krebs¹⁵. A esposa do sr. Krebs faleceu e logo em seguida ele também partiu. Apesar desse fato triste os fundadores da creche receberam uma grande surpresa, a creche Colméia estava no testamento deste casal e à ela foi destinada toda a herança. Foi com muita emoção que os depoentes se recordaram deste momento, pois com o dinheiro deixado por essa herança conseguiram terminar a construção.

Em 1988 o sonho se concretizou com a participação de toda a comunidade. A creche começou a funcionar no prédio novo sob a direção da sras. Terezinha de

¹⁵ Casal sem filhos vindo da Holanda que se estabeleceu no Centro Social da comunidade Holambra. Eram conhecidos pela solidariedade e pela participação na vida social da colônia, ajudando sempre a creche com doações.

Meirelles Kors, secretária Gerda de Wit, tesoureira Esther Wagemaker e Tereza Venturini e Ana Maria van der Groes como membros da direção. Já instalados em um espaço mais adequado começaram a atender crianças de 03 meses a 07 anos de idade em período integral. Em 1989 a creche foi ampliada com a construção de um berçário, uma cozinha e mais duas salas de recreação.

A Prefeitura de Jaguariúna oferecia, através de alguns profissionais, como psicólogas, cursos para os voluntários e funcionários da creche sobre os cuidados com crianças. Na parte da alimentação nutricionistas auxiliavam na elaboração de um cardápio equilibrado.

A creche continuava exclusivamente a sobreviver de doações. Mais estruturados, algumas empresas se interessaram pelos benefícios desta instituição e seguindo o modelo da empresa Schoenmaker, começaram a contribuir com uma quantia em dinheiro por cada criança matriculada. Embora os pais continuassem a “pagar” por uma quantia, essa contribuição não era obrigatória. Tentava-se através dessa contribuição, mesmo que simbólica, conscientizar os pais sobre o valor e a importância da creche para seus filhos. Cada caso de criança matriculada era detalhadamente analisado. Um membro da diretoria era responsável por verificar a renda mensal da família, quantos filhos, as despesas e aí propunham uma quantidade mensal para aquela família pagar a creche.

Com o passar dos anos as dificuldades foram aumentando e as doações e o trabalho voluntário diminuindo. A própria Cooperativa não estavam em condições de manter a creche. A partir de então, iniciou-se um esforço muito grande para manter a creche o que acabou por levar à sua municipalização em 29 de dezembro de 1995.

Segundo os depoentes que participaram de todo esse processo de construção “(...) foi com imensa tristeza que a creche passou para a Prefeitura, pois só quem participou da construção da história da creche sabe da importância que ela representa” (Esther). Na entrega da creche para a Prefeitura houve uma cerimônia simbólica onde estavam os antigos diretores e membros da comunidade que participaram de todo o processo, desde a sua fundação. As exigências que a diretoria da creche fez à Prefeitura ao municipalizá-la foi que mantivesse a mesma filosofia de trabalho social e coletivo. Exigiu-se também que mantivesse em seu quadro os mesmo funcionários, os quais através da filosofia transmitida durante todos esses anos garantiriam a mesma qualidade do atendimento.

3.1 - A municipalização da creche Colméia: o momento de transição

Segundo Rosemeire Severo de Amorim Denofrio¹⁶ o processo de passagem da creche para responsabilidade da Prefeitura, trouxe algumas mudanças principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros. A creche ligada à Prefeitura passaria a receber todos os benefícios de uma instituição pública municipal. Começaram a receber os serviços de saúde, como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, médico e odontológico. A alimentação passou a ser controlada por uma nutricionista responsável pela elaboração do cardápio diversificado e equilibrado. Apesar de terem recebidos todos esses benefícios, os funcionários tiveram e ainda tem que lutar muito para conseguirem manter a qualidade do atendimento da creche, exigindo para isso, o compromisso da Prefeitura Municipal de Holambra.

Em termos de atendimento a creche além de continuar a oferecer a assistência, o cuidado, passa a enfatizar e dar maior atenção ao educar. Gostaríamos de ressaltar que desde o nascimento a criança recebe algum tipo de educação. Segundo CAMPOS¹⁷ (1994) a criança estando inserida em um contexto social, está em interação com os adultos, com outras crianças, com o espaço, enfim com tudo o que está a sua volta. E é através dessas interações que a criança vai construindo seus conhecimentos, esse é um tipo de educação.

A atenção da Creche Colméia a que nos referimos é no sentido mais pedagógico. Vinculada a Rede Municipal Pública de ensino o trabalho desenvolvido pela creche passa a ser mais sistematizado baseado nos preceitos legais do município.

4 - A Educação Infantil Pública Municipal

A partir da investigação de documentos, da localização e depoimentos de profissionais que trabalharam em Holambra com a pré-escola desde a década de 80 até os dias de hoje, tentamos traçar uma breve trajetória da estruturação deste atendimento no município.

¹⁶ Funcionária da Creche Colméia a mais de 10 anos.

¹⁷ CAMPOS, Maria M. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1994, p. 32-42.

A extensão da Fazenda Ribeirão, como já foi dito anteriormente, era dividida entre quatro municípios, onde cada um deles respondia por uma parte da Fazenda, naquilo que se referia ao poder público. A área da Fazenda de responsabilidade do município de Jaguariúna cuidava da questão educacional. Assim, a pré-escola municipal da comunidade do Bairro Holambra pertenceu ao município de Jaguariúna até 1993, ano da emancipação deste município.

O primeiro registro documentado referente ao atendimento da pré-escola pública de Holambra que conseguimos localizar é datado do ano de 1985. Segundo Alda Zoni Baka, uma das funcionárias com maior tempo de serviço na Secretaria de Educação de Jaguariúna, antes dessa data o município já oferecia esse atendimento mas não havia nenhum tipo de registro ainda organizado, foi através de sua iniciativa que toda a documentação de pré-escola municipal começou a ser sistematizada. A partir destas primeiras informações começamos a investigar mais a fundo e conseguimos levantar, através de depoimentos, a existência de uma sala municipal de pré no Bairro Holambra antes de 1985.

No final da década de 1970 início de 1980, em Jaguariúna, ainda não havia concurso público municipal para professores, a admissão era realizada através de um simples contrato. Posteriormente, os professores começaram a ser registrados em carteira de trabalho. Oficialmente a primeira professora registrada em carteira profissional pela Prefeitura de Jaguariúna a trabalhar no Bairro Holambra foi Suzana van Ham¹⁸.

Em 1983 Suzana van Ham começou a trabalhar com a pré-escola municipal no Bairro Holambra. A Prefeitura de Jaguariúna alugava uma sala na Escola particular São Paulo para atender crianças de pré. Mas, segundo Suzana, antes de sua chegada, esse atendimento já era oferecido por uma professora contratada por Jaguariúna e que por motivos particulares teve que deixar o cargo naquele ano. Por não haver registros e por não conseguirmos localizar essa professora, nosso levantamento histórico se inicia a partir do ano de 1983.

Nesta época, a maioria das pré-escolas de Jaguariúna eram de responsabilidade do Estado, mas já havia algumas sob responsabilidade do município. O atendimento pré-escolar municipal estava passando por um processo de estruturação, por isso, não contava ainda com a disponibilização de leis específicas

¹⁸ Professora formada em magistério em Jaguariúna e moradora de Holambra, antigo Bairro Holambra.

municipais destinada à esse atendimento. Por esse motivo, o atendimento da educação pré-escolar municipal seguia baseando-se no modelo Estadual de ensino e respaldando-se na Lei Federal 5692/71 a qual destinava dois artigos para a Educação Infantil. Segundo KRAMER, a “Lei n. 5692, de 11/08/1971, fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Os artigos no. 23 e 24 da LDB, supracitados, são revogados por esta Lei. O Cap. II, Do Ensino de Primeiro Grau, fixa que:

Art. 19 – Para o ingresso no ensino de primeiro grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º – As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º – Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente duração em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”.

4.1 - O atendimento em Holambra (1983-1984)

No início da década de 1980, a procura pela pré-escola municipal no Bairro Holambra ainda era pequena. Na gestão do Prefeito Laércio José Gothardo (1983-1988), todo final de ano a Prefeitura, como forma de “propaganda”, enviava cartazes à comunidade, com informações a respeito da matrícula para a pré-escola, para serem fixados em locais de grande movimento. A própria professora era responsável por esse “cadastramento”. As crianças eram matriculadas por ordem de chegada e o único critério utilizado era a idade, somente crianças que completassem 6 anos até a data de 30 de março poderiam frequentar o pré. A capacidade de atendimento era de 35 crianças, mas segundo Suzana van Ham esse número nunca foi ultrapassado.

O pré funcionava em meio período. Durante esse tempo, as crianças realizavam várias atividades pedagógicas além de brincar. A merenda enviada pela Prefeitura de Jaguariúna era preparada e servida pela própria professora. Antes de começar o ano letivo os pais eram convidados para uma reunião. A professora se apresentava, falava sobre a importância da pré-escola para seus filhos, e também sobre as atividades que seriam desenvolvidas durante todo o ano.

As professoras da rede municipal de Jaguariúna respondiam somente à Secretária de Educação. Nesta época, o cargo era exercido pela sra. Maria do Carmo

Paulieno Machado de Souza, carinhosamente conhecida por dona IK que assumiu a função em primeiro de fevereiro de 1983 permanecendo até dez de julho de 1984¹⁹. Vale ressaltar que nesta época a educação em Jaguariúna era vinculada ao Departamento de Promoção Social e Saúde.

No começo do ano, as professoras das pré-escolas municipais se reuniam com a Secretária de Educação em Jaguariúna para elaborarem o planejamento do ano letivo. Durante todo o ano, em reuniões mensais, recebiam orientações para execução do planejamento, além de trocarem experiências e discutir sobre a prática e algumas correntes pedagógicas que estavam surgindo aqui no Brasil.

Em meados da década de 80, as discussões sobre Educação Infantil estavam começando a ganhar força. O movimento de luta pela educação de crianças menores de 7 anos vinha crescendo desde a década de 1970²⁰. Na década de 1980 o movimento ganhou força quando houve uma mobilização dos movimentos sociais, principalmente, liderados por mulheres que lutavam pelo oferecimento deste atendimento por parte do Poder Público. Segundo KUHLMANN (2000), *“As idéias socialistas e feministas, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho”* (KUHLMANN, p.11)²¹

A rede municipal de Jaguariúna, apesar de se embasar no modelo de pré-escola estadual, ainda não tinha uma corrente pedagógica definida. Por conta disso, o professor tinha total autonomia para desenvolver suas atividades seguindo sua própria metodologia. Mas, segundo alguns depoimentos, apesar de haver essa liberdade, a maioria das professoras adotavam a metodologia de ensino tradicional, já que, em muitos casos, era o único modelo de educação que haviam tido contado durante sua formação.

A Secretária de Educação do município tentava se manter atualizada através das principais discussões sobre a Educação Infantil. Para isso, freqüentava palestras, cursos, lia e estudava os textos mais recentes, com o intuito de levar esse “novo” conhecimento para ser discutido conjuntamente com as professoras. Na medida que

¹⁹ Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguariúna. Informação coletada de funcionários que trabalham no Departamento de Assessoria de Imprensa da Prefeitura.

²⁰ Fonte: PNE – Plano Nacional de Educação.

²¹ KUHLMANN, M, J. **Histórias da educação infantil brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação Maio/Junho/Julho/Agosto. Número Especial, Autores Associados, ano 2001, n. 14.

iam discutindo tentavam implantar algumas “novidades”, nessa época falava-se muito sobre a teoria construtivista.

Segundo dona IK foi na administração de Franco Montoro²² que os profissionais da Educação Infantil do Estado de São Paulo tiveram a oportunidade de freqüentar cursos e palestras promovidas pelo Estado destinado à crianças de zero a 6 anos. De acordo com essa depoente foi na gestão deste governador que houve um maior investimento de projetos desenvolvidos exclusivamente para a Educação Infantil. Segundo RUS PEREZ (1994)²³, foi na gestão de Franco Montoro que em sete de julho de 1986 foi implantado pelo Decreto n. 25.469 o Programa de Formação Integral da Criança – PROFIC – que tinha como objetivo *“propiciar melhores condições para o processo de ensino/aprendizagem, transformar a atual pré-escola em Educação Infantil”* (RUS PEREZ, p. 76).

4.2 - O novo espaço (1985-1988)

Em dez de julho de 1984 Antônio Carlos Tonini assume o cargo de Secretário da Educação permanecendo nessa função até quinze de agosto de 1988. Logo após a sua posse foi aprovado pela Câmara Municipal um projeto de criação do Departamento de Educação e Cultura do município de Jaguariúna. A educação deixava de pertencer ao Departamento de Promoção Social e Saúde passando a ser responsabilidade deste novo departamento.

Nessa época a procura e as necessidades da Educação Infantil foram aparecendo e a rede municipal teve de ser ampliada. Segundo a sra. IK, nesta época 25% do valor arrecadado das contribuições municipais já eram destinavam-se a Educação.

Em 1985, em um acordo com o Estado, a Prefeitura consegue emprestada uma sala de aula da “Escola Estadual de 1º grau do Bairro Holambra” para o funcionamento da Educação Infantil. Como a procura pelo pré começa a aumentar a Prefeitura contrata mais uma professora para trabalhar em Holambra. Em novo

²² Governador do Estado de São Paulo de 1983 a 1987.

²³ RUS PEREZ, José Roberto. *A Política Educacional do Estado de São Paulo 1967-1990*. T/UNICAMP R89p. 1994, p.71-85.

endereço a “EMEI do Bairro Holambra” começa o ano letivo com duas turmas, uma no período da manhã e a outra a tarde²⁴.

O novo Secretário de Educação de Jaguariúna procurou manter a mesma organização e estrutura das pré-escolas da secretária anterior, realizou somente algumas modificações como a criação e implantação do calendário escolar. A orientação das professoras da rede municipal continuou sendo realizada pelo próprio secretário que procurava acompanhar mais de perto o trabalho desenvolvido por essas profissionais. Esporadicamente percorria todas as pré-escolas do município, procurando conversar com a comunidade sobre a qualidade do atendimento oferecido e as principais necessidades encontradas por eles. Sem uma proposta pedagógica ainda definida, procurava participar de encontros, seminários e visitas à escolas que desenvolviam um trabalho mais elaborado para levar e multiplicar essas “novas” idéias às educadoras do município. Essas propostas eram discutidas juntamente com o estudo das teorias de Paulo Freire, Jean Piaget e Emília Ferreiro.

O planejamento era elaborado no início do ano e embora as professoras tivessem todo um “conteúdo” a cumprir, tinham autonomia para reordenar a seqüência das atividades. Segundo Adriana Maria Turato²⁵ essa reorganização era realizada de acordo com a resposta de “aprendizagem” das crianças.

Nesta época a metodologia utilizada estava passando por uma momento de transição, influenciada pelas discussões de novas teorias sobre Educação Infantil como, por exemplo, o construtivismo. As crianças desenvolviam muitas atividades baseadas no método tradicional, onde era utilizado, por exemplo, material mimeografado, cadernos de caligrafia e quadriculado. Mas, por outro lado havia também a parte lúdica como brincadeiras, músicas e histórias.

²⁴ Segundo depoimento de duas professoras entrevistadas que trabalharam em 1985 em Holambra, a Prefeitura mantinha duas turmas de pré no Bairro Holambra. Mas, no livro de registro da Educação Infantil do Bairro Holambra consta, neste ano, somente a existência de uma turma.

²⁵ Professora convidada pela Prefeitura de Jaguariúna para trabalhar com o pré no Bairro Holambra em 1985.

Quadro 1 – Atividades do ano letivo “EMEI Bairro Holambra” entre os anos de 1986, 1987 e 1988.

1986	1987	1988
Planejamento das atividades do ano letivo	Planejamento das atividades do ano letivo, referentes aos anos 1987 e 1988	Planejamento das atividades do ano letivo, o mesmo do ano de 1987
Ata de reunião de pais e mestres 16/09/1986	Ata de reunião de pais e mestres 16/02/1987	Ata de reunião de pais e mestres 08/02/1988
Relatório do desfile em comemoração ao aniversário da cidade	Ata de reunião de pais e mestres 15/05/1987	Ata de reunião de pais e mestres 10/06/1988
Ata de reunião de pais e mestres 01/12/1986	Relatório da festa junina 20/06/1987	Relatório sobre a festa junina 10/07/1988
Relatório sobre a festa de encerramento do ano letivo e entrega de diplomas.	Ata de reunião de pais e mestres 02/09/1987	Ata de reunião de pais e mestres 08/09/1988
—	Relatório do desfile de comemoração do aniversário da cidade 20/09/1987	Relatório sobre o desfile de comemoração do aniversário da cidade 11/09/1988
—	Ata de reunião de pais e mestres 26/11/1987	Ata de reunião de pais e mestres 03/10/1988
—	Relatório sobre a formatura 11/12/1987	Relatório sobre formatura 16/12/1988

Fonte: Livro de Registro das atividades do ano letivo da EMEI Bairro Holambra referentes aos anos de 1986, 1987 e 1988. Elaborado pela autora.

O único recurso financeiro disponível para a manutenção das salas do pré em Holambra vinha da Prefeitura. Mas, como às vezes a burocracia impedia, e ainda impede, a agilização de determinadas decisões, as professoras mantinham em cada classe um “caixinha”, que era um valor em dinheiro arrecadado através da contribuição não obrigatória dos pais. Essa arrecadação destinava-se exclusivamente à despesas com as crianças no caso de passeios, compra de brinquedos e também em algumas ocasiões emergenciais

No final do ano todas as professoras faziam à Prefeitura a solicitação de materiais escolares e brinquedos pedagógicos para o próximo ano. Após o levantamento dos pedidos de todas as pré-escolas a Prefeitura efetuava as compras, conforme a verba destinada, e dividia esse material entre as escolas. Era de responsabilidade também da Prefeitura a manutenção do mobiliário da sala. As carteiras das pré-escolas eram todas coletivas e adaptadas ao tamanho das crianças. Às vezes por falta de recursos reaproveitava-se algum material da escola estadual.

A maioria das crianças que freqüentavam o pré em Holambra moravam próximo a escola, que localizava-se numa área onde hoje é a região central da cidade.

Mas, muitas crianças vinham de longe, dos bairros e sítios afastados. Vinham a pé, de trator ou de carro. Era uma “clientela” heterogênea, pois freqüentavam a “EMEI do Bairro Holambra” crianças de diferentes níveis social.

A merenda era oferecida pela própria escola. O Estado enviava a comida formulada, pré-pronta e enlatada onde as merendeiras, todas funcionárias da Prefeitura de Jaguariúna, preparavam e serviam a merenda, inclusive às crianças do pré que eram de responsabilidade do município.

A administração do governador do Estado Franco Montoro (1983-1987) tinha como objetivo organizar uma política descentralizadora. Assim, em 1983, experimentalmente iniciou-se a descentralização da merenda em todo Estado de São Paulo. *“Em 1984, mediante lei estadual, foi implantado o Programa de Municipalização da Merenda Escolar, que através de um per capita, repassava os recursos dispendidos com a merenda comprada pelos municípios”* (RUS PEREZ, p. 85).

Nesta época, no município de Jaguariúna a comida começou a ser fornecida em parceria entre município e Estado e aos poucos o fornecimento se tornou responsabilidade exclusiva do município. Segundo RUS PEREZ (1994) em 1986, 95% dos municípios pertencentes aos Estado de São Paulo possuíam merenda descentralizada. A comida enviada por Jaguariúna não era industrializada, os produtos eram cultivados na horta da própria cidade, e, segundos depoimentos, apresentava uma excelente qualidade.

O secretário de educação além de, juntamente com estagiárias do curso de nutrição da PUCCAMP, elaborar um cardápio balanceado para todas as escolas municipais, montou uma padaria responsável pela fabricação dos pães enviados as escolas e implantou a vaca mecânica que produzia o leite de soja.

4.3 - A casa alugada (1989-1990)

Em 1988 ocorrem as eleições municipais. Tarcísio Cleto Chiavegato foi eleito Prefeito em Jaguariúna exercendo o seu mandato de 1988 a 1992. Para tanto convida para o cargo de secretário da educação Izael de Souza que permaneceu pouco tempo nesta função (15/08/1988 a 21/12/1988) sendo substituído em primeiro de janeiro de 1989 pela sra. Maria do Carmo Paulieno Machado de Souza que ficou até dezessete de outubro de 1990.

Em 1989 cresce a procura de vaga de 1ª à 4ª série na “Escola Estadual do Bairro Holambra”. Por esse motivo, as duas turmas do pré municipal têm que deixar a sala emprestada. Imediatamente a Prefeitura Municipal aluga uma casa nas proximidades dessa escola para atender as crianças da pré-escola.

Segundo Marcia van Vliet²⁶, a casa era bem antiga e sua estrutura não oferecia condições adequadas para o trabalho a ser desenvolvido com as crianças, pois apresentava muitas limitações. Essa mudança de espaço exigiu das professoras uma readaptação, principalmente, no que diz respeito a multiplicidade de funções, além da parte educacional eram responsáveis também pela limpeza e conservação do local. Por falta de espaço e condições adequadas para preparar a merenda, a Prefeitura conseguiu que a merenda para essas crianças fosse servida pela escola estadual. Assim, na hora do lanche as crianças, juntamente com as professoras, se deslocavam até a outra escola para receberem a alimentação.

Em vinte e três de outubro de 1990 assume o cargo de Secretário de Educação José Roberto Chiavegato que permaneceu nesta função até primeiro de março de 1995. Neste ano a procura pela pré-escola em Holambra continuava aumentando. A Prefeitura sabendo da necessidade deste atendimento propõe a ampliação do número de vagas da Educação Infantil. Em Holambra aumentou uma sala de pré, e em seguida deu-se início a construção de um prédio que futuramente atenderia exclusivamente à essas crianças.

Em 1991, o prédio da Educação Infantil foi inaugurado passando a se chamar “EMEI Joaquim Felipe de Almeida”. Neste mesmo ano começou a funcionar oferecendo atendimento a três turmas de pré.

Nesta época, a Prefeitura de Jaguariúna abriu uma vaga para Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil. Foi convidada para assumir o cargo Maraci Baruchi Gothardo, uma professora que já trabalhava na rede e que ficou responsável por coordenar e orientar o atendimento municipal de Educação Infantil. A partir de então todas as professoras da rede passaram a responder a coordenadora e não mais ao Secretário de Educação. As professoras que trabalhavam em Holambra, apesar de receberem visitas periódicas da coordenadora, continuavam a se deslocar até Jaguariúna para as reuniões mensais.

²⁶ Uma das professoras contratadas pela Prefeitura de Jaguariúna para trabalho com o pré na EMEI Bairro Holambra, em 1989.

A partir desta época as professoras, inicialmente de forma precária e posteriormente com o maior apoio devido a aprovação da LDB n. 9394/96, passaram a contar com uma Coordenadora Pedagógica que tinha o interesse voltado para o desenvolvimento de futuros projetos. Também nessa época, foram contratadas especialistas em Educação Infantil pela Prefeitura para auxiliarem e acompanhar as professoras da rede municipal em atividades baseadas no modelo pedagógico construtivista e nos ideais de Emilia Ferreiro.

Em 1992 com o aumento de vagas e também devido a uma maior procura, começa a funcionar mais uma turma, totalizando quatro turmas de pré, duas no período da manhã e duas no período da tarde. Para isso a Prefeitura contrata mais uma professora para atuar em Holambra. Neste mesmo ano, a Prefeitura de Jaguariúna realiza o primeiro concurso público municipal para professores de Educação Infantil. Duas professoras que eram contratadas e já trabalhavam em Holambra, passam na prova e são efetivadas pela Prefeitura.

Em 1993 com a emancipação de Holambra, toda a estrutura educacional que existia foi incorporada pelo novo município, o prédio, os materiais pedagógicos, os móveis e inclusive as professoras.

Tabela 7 – Matrículas “EMEI Bairro Holambra” (1985-1992).

Ano	Turmas	Período	Número de alunos	Número de professores
1985* ²⁷	01	Manhã	22	01
1986*	01	Manhã	26	01
1987	02	Manhã	15	02
		Tarde	26	
1988	02	Manhã	29	02
		Tarde	27	
1989	02	Manhã	23	02
		Tarde	sem registro	
1990	03	Manhã	15	02
		Tarde	18	
		Tarde	15	
1991	03	Manhã	20	02
		Tarde	22	
		Tarde	18	
1992	04	Manhã	32	03
		Manhã	21	
		Tarde	30	
		Tarde	26	

Fonte: Livros de Registro da Educação Infantil da EMEI Bairro Holambra. Arquivados na Secretaria de Educação de Jaguariúna.

²⁷ Segundo depoimentos, já nos anos de 1985 e 1986 funcionavam duas turmas de pré.

A partir dos dados da tabela 7, podemos verificar que entre os anos de 1985 e 1992 a procura pela pré-escola foi aumentando gradativamente, com isso, aumentou também os períodos e o número de profissionais.

4.4 - A transição

Com o processo de emancipação de Holambra ocorrido em 1993, toma posse o primeiro Prefeito eleito, Celso Capato. Tão logo assumiu o cargo precisou tomar muitas decisões. Uma delas foi resolver a situação dos funcionários concursados pela Prefeitura de Jaguariúna que trabalhavam no Bairro Holambra. Assim, as Prefeituras dos dois municípios fizeram um acordo propondo a esses funcionários três opções: A primeira opção seria continuarem ligados à Jaguariúna, mas trabalhando no próprio município e não mais em Holambra. A segunda opção era o desligamento da Prefeitura rescindindo o contrato de trabalho; neste caso, a Prefeitura faria um acordo e se responsabilizaria por todos os acertos legais e a terceira opção seria a passagem para a Prefeitura de Holambra. Neste caso, o funcionário não seria mais empregado de Jaguariúna, mas sim de Holambra, com garantia de que todos os seus benefícios de funcionário de Jaguariúna seriam garantidos pelo novo município.

As duas professoras da Educação Infantil escolherem a terceira opção, ou seja, serem contratadas pela Prefeitura de Holambra. Segundo Evelise Aparecida Rezende Mafra²⁸ que participou dessa transição e que ainda hoje trabalha na Prefeitura de Holambra, o que assegura seus direitos como funcionária efetiva foi uma observação registrada, na época, em sua carteira profissional assinada pelas duas Prefeituras e que relata a mudança da funcionária de Jaguariúna para Holambra, ficando esse último responsável por todos os encargos funcionais.

4.5 - O recomeço

Em primeiro de janeiro de 1993, dando início a primeira atuação político-administrativo legal do município, o Prefeito indica seus secretários os quais ficariam responsáveis pelo desenvolvimento de um Departamento. Assim, Celso Capato (o prefeito), convida, para assumir a direção do Departamento Municipal de Educação,

²⁸ Professora contrata pela Prefeitura de Jaguariúna para trabalhar com a pré-escola no Bairro Holambra, em 1989. Participou da fase de transição com a emancipação do novo município e até hoje trabalha na rede municipal de Holambra.

Dalila Stapelbroek²⁹ que, durante oito anos, de 1993 a 2001, através de muito trabalho estruturou e ampliou a Rede Pública Municipal de Educação.

Ao assumir o cargo, a Diretora de Educação se fixou em uma sala do prédio da EMEI. E, apesar de estarem muito próximas, trabalhando no mesmo local, o contato entre a Diretora de Educação e as professoras de Educação Infantil nem sempre era possível. Neste início, Dalila Stapelbroek se desdobrava para estruturar, organizar e documentar toda Rede Pública Municipal de Educação assumindo para si diversas funções. O contato mais próximo entre essas profissionais ocorria durante as reuniões mensais onde se resolvia questões mais gerais como, por exemplo, solicitação de materiais, programação do dia das crianças. A parte mais, vamos dizer, pedagógica ficava por conta das professoras que tinham toda autonomia para desenvolver suas atividades. Nesta época, apesar do pouco tempo, a Diretora de Educação, a exemplo do Secretário de Jaguariúna, procurava se manter informada sobre a Educação Infantil, freqüentando cursos e palestras com o objetivo de levar e trocar essas novas experiências com as professoras.

Ainda Assim, segundo Evelise Aparecida de Rezende Mafra, professora que participou do processo de transição, houve muita dificuldade neste início, por parte das professoras, já que não podiam contar com o auxílio e a orientação específica de uma Coordenadora Pedagógica, como já acontecia em Jaguariúna.

Em 1993, mais professoras foram contratadas pela Prefeitura de Holambra para trabalharem com a pré-escola. Em aproximadamente 1994 a Prefeitura realizou o primeiro concurso público municipal, efetivando novas professoras. Neste mesmo ano uma dessas professoras concursadas foi convidada pela Diretora de Educação a assumir o cargo de coordenadora pedagógica de Educação Infantil. Edna Marcia de Godói Boom, que já trabalhava na escola particular São Paulo exercendo essa mesma função, assume o cargo. Como ainda não havia, na Educação Infantil do município, uma proposta pedagógica definida a nova coordenadora começou a trazer e aplicar algumas atividades pedagógicas baseadas no modelo construtivista que eram desenvolvidas na escola particular.

Para as professoras ter um contato mais próximo com alguém que as acompanhassem de perto foi muito bom. O trabalho começou a ser mais

²⁹ Professora que já trabalhava no Ensino Público Estadual

sistematizado; as professoras, por exemplo, passaram a ter um caderno com todo planejamento das atividades semanais.

Quanto a questão burocrática, quando Edna Marcia de Godói Boom assumiu o cargo de coordenadora já existia o esboço de um Plano de Ensino para a Educação Infantil elaborado pela Diretora de Educação o qual garantia os recursos financeiros destinado a esse atendimento. Apesar de existir esse Plano muita coisa contida nele ainda não havia sido implantada por falta de tempo.

Ao assumir o cargo, a coordenadora pedagógica juntamente com a Diretora de Educação tentam colocar em prática alguns dos objetivos estabelecidos no Plano de Ensino, no entanto, percebem que alguns pontos deveriam ser modificados. A partir daí começam a trabalhar conjuntamente para modificar e incorporar a esse documento princípios baseados na realidade e nas necessidades da comunidade local.

O primeiro passo foi a ampliação do atendimento da Educação Infantil o qual passou a ser oferecido à crianças com idade entre 4 a 6 anos. Assim, foram implantadas as salas de Infantil I e Infantil II.

A procura durante todos esses anos foi crescendo. Para atender as necessidades das comunidades afastadas da cidade, localizadas na zona rural, em 1995, a Prefeitura ampliou a rede de Educação Infantil municipal inaugurando mais salas de pré-escolas. A partir deste ano, os bairros Palmeiras e Fundão da zona rural passaram a contar com uma sala de aula cada um para atender a Educação Infantil. Posteriormente, em 1999, a sala do Fundão deu origem a construção do prédio da Creche Favo de Mel. E, em 29 de dezembro de 1995, a Creche Colméia, hoje CECI Colméia³⁰ foi municipalizada.

Entre os anos de 1994 e 1996, o prédio da “EMEI Joaquim Felipe de Almeida” foi ampliado com mais duas salas de aula além de uma sala para a fonoaudióloga e uma sala para psicóloga. Nesse mesmo ano, a Prefeitura realiza o segundo concurso público municipal admitindo novas professoras.

A coordenadora pedagógica começa a frequentar um curso de Educação Infantil construtivista o PROEPRE – Programa de Educação Pré-Escolar. Curso ministrado pela Profa. Dra. Orly M. de Assis da Faculdade de Educação da UNICAMP - e passa a se interessar pela proposta do curso. Apresenta tal proposta à Diretora de Educação e depois de muito estudo e discussões sobre as reais

³⁰ Entre os meses de julho/agosto de 2001, através da aprovação na Câmara Municipal, a creches passam a se chamar Centro de Educação e Convivência Infantil – CECI.

possibilidades decidem implantar algumas atividades baseadas na proposta no PROEPRE cujo objetivo era o desenvolvimento global da criança, ou seja, o desenvolvimento da autonomia, do social, do emocional, da parte lingüística, dentre outras coisas. Algumas atividades começaram a dar certo, outras foram sendo adaptadas, mas a mudança continuou em andamento. A nova proposta teve uma boa aceitação por parte dos pais, mas entre os professores gerou conflitos. Os princípios eram bem diferentes do modelo tradicional, usualmente utilizado pela maioria das professoras. Como a formação dessas profissionais era muito heterogênea houve resistência por parte de alguns profissionais em assumir a nova proposta. A coordenadora pedagógica tentava nas reuniões apresentar e discutir a nova proposta construtivista, algumas professoras foram se interessando e logo foram em busca de maiores conhecimentos. Uma crítica que vinha das professoras da primeira série quanto a essa metodologia, era que as crianças que vinham do pré, além de não saberem se comportar, mal sabiam ler e escrever.

O método pedagógico construtivista é bem diferentemente do modelo que verificava-se na história do atendimento à infância no Brasil na década de 1960 com o aparecimento da concepção de educação compensatória, cujo objetivo era o de suprir as deficiências de saúde e nutrição ou as do meio sócio-cultural em que viviam as crianças. A pré-escola tinha como função preceder a escola preparando a criança para a sua inserção no ensino fundamental (KRAMER, 1995).

Neste período também funda-se legalmente a APM - Associação de Pais e Mestres - que funciona até hoje. Na reunião do início do ano, os pais são convidados a participarem da APM; os que aceitam, após eleição da comunidade, ficam responsáveis por uma determinada função: diretoria, tesouraria, secretaria, eventos. O dinheiro da APM sempre foi arrecadado para eventuais despesas imediatas na escola, como compra de materiais, livros infantis, passeio, presente para o dia das crianças.

Em 1996, ocorrem as eleições no município de Holambra. Em 1997, o prefeito eleito Antônio Marino Brandão de Almeida assume o cargo permanecendo até o ano 2000 e mantém no cargo a diretora do Departamento Municipal de Educação Dalila Stapebroek.

Márcia Edna de Godói Boom ficou responsável pela coordenação pedagógica da Educação Infantil até o início de 1998, quando saiu para licença gestante. Devido à sobrecarga de funções que assumira nas duas escolas, pública e particular, decide

se desligar da Prefeitura. Neste mesmo ano, Marli Klein Gunnewiek assume o cargo de Coordenadora Pedagógica.

Ao assumir o cargo em 1998, Marli Klein Gunnewiek deu continuidade ao trabalho da coordenação anterior. Elaborou o Plano Pedagógico de toda rede de Educação Infantil e ofereceu mais autonomia para as professoras desenvolverem seu trabalho. Segundo depoimentos, Marli sempre esteve disposta a colaborar para a melhoria deste atendimento no município e também sempre esteve preocupada com a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil.

Em 2000, a Prefeitura abre mais uma vaga para Coordenadora Pedagógica dividindo a sobrecarga de funções exercidas por uma única coordenadora responsável por toda Educação Infantil da rede municipal. Sueli Moreno Sperling foi convidada e fica responsável pelas Creches Colméia e Favo de Mel. Marli Klein Gunnewiek fica responsável pela “EMEI Joaquim Felipe de Almeida” e pelas salas do bairro Palmeiras.

Em meados de 2001, Dalila Stapelbroek deixa a direção do Departamento Municipal de Educação, assume em seu lugar Marli Klein Gunnewiek. Neste mesmo período Sueli Moreno Sperling se desliga da Educação Infantil, assume o cargo Sheila Bonano. O cargo de coordenadora pedagógica deixado por Marli Klein Gunnewiek é assumido por Viviane Tonietti.

A Rede Municipal de Educação Infantil de Holambra passou a se basear na Lei Federal 9.394/96 e na Lei Orgânica do município. Atualmente existe um Regimento Interno de Educação Infantil que foi elaborado com a participação de toda a comunidade e que aguarda somente a aprovação da Câmara Municipal, uma vez que já recebeu aprovação do Departamento Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação. O Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira foram aprovados em 2.000 entrando em vigor em 2001.

Hoje o município de Holambra conta com o atendimento público da Educação Infantil de crianças de 0 a 6 anos oferecido por quatro instituições localizadas na área rural e urbana, fazendo parte da rede 14 professores em exercício. No momento a Prefeitura esta construindo mais dois prédios onde funcionarão as futuras creches.

5.0 – A Legislação

Com a Constituição de 1988, um grande passo foi dado: a Educação Infantil foi reconhecida como sendo um direito de todas as crianças e um dever do Estado. Esta Constituição abriu caminho para que novas mudanças fossem implantadas, fazendo com a Educação Infantil recebesse um pouco mais de atenção na LDB atual.

Na atual LDB, 9394/96, os artigos referentes à Educação Infantil são os artigos 29, 30 e 31. O artigo 29 trata da finalidade da Educação Infantil, como sendo o de proporcionar o desenvolvimento integral da criança; o artigo 30 especifica a faixa-etária em que a Educação será oferecida (até 3 anos em creches, e de 4 a 6 anos em pré-escolas); e o artigo 31 trata de como a avaliação será realizada na Educação Infantil (observando-se o desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção)

Respaldando-nos na Constituição Federal e na nova LDB, trataremos agora dos contornos legais da estrutura de atendimento da educação no município de Holambra discorrendo sobre Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Magistério e Plano de Carreira e Regimento Interno dos Centro de Educação e Convivência Infantil.

5.1 - Lei Orgânica do Município de Holambra

Em primeiro de janeiro de 1993, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos no dia 03 de outubro de 1992, inicia-se a primeira atuação político-administrativo legal do município de Holambra. Os poderes executivo e legislativo, juntamente com a participação da comunidade local, elaboram a “Lei Orgânica do Município de Holambra”, sendo esta promulgada em 20 de agosto de 1993.

Ao fazer o estudo da Lei Orgânica do Município de Holambra procuramos nos deter nas questões relacionadas à educação. Assim, a partir do estudo do **Capítulo II Da Educação, da Cultura, dos Desportos, do Lazer e do Turismo**, em especial, **Seção I Da Educação** tentamos analisar alguns pontos com o intuito de rever e levantar algumas questões.

Desse modo, começaremos a destacar o Artigo 202 desta Lei que diz: “*A educação, enquanto direito de todos, é um dever do Poder Público e da sociedade...*”. Esse preceito esta baseado no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Mas, diferente da Constituição esse artigo não para por aí, vai além e complementa: “*deverá ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de*

expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento, da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade”.

Observamos que essa “segunda parte” do artigo nos demonstra um grande avanço sobre questões relacionadas a democracia, liberdade, respeito e formação crítica do indivíduo. Esse artigo amplia e especifica o tipo de formação que o indivíduo deverá receber para exercer o seu direito de cidadania.

O Artigo 203 também respaldado na Constituição Federal discorre sobre o dever do município. O município além de garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, a garantia de qualidade do ensino oferecido e a oferta do ensino noturno regular, garantirá também o “*atendimento, em creches e pré-escola, às crianças até (6) anos de idade*”(inciso IV); Apesar do inciso IV não fazer distinção por faixa-etária entre creche e pré-escola, ele nos traz uma informação importante quando deixa explícito que caberá ao Município a responsabilidade de oferecer o atendimento de pré-escola e também de creche.

Mas, se no atentarmos ao artigo 205 desta mesma lei, logo encontraremos uma contradição. Consta neste artigo que: “*O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar*”.

Aqui cabe a nós levantarmos uma pergunta. E a creche? Diferentemente do artigo 203 inciso IV, esse artigo não especifica quem financiará e se responsabilizará pela creche.

O Artigo 220 diz respeito ao financiamento: “*O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento exclusivo de ensino público municipal*”. Este artigo vai de encontro com o artigo 212 da Constituição Federal quando se refere a porcentagem da receita resultante dos impostos municipais destinado à educação. Mas, tanto na Constituição como na Lei Orgânica de Holambra e na LDB 9394/96 a questão sobre o financiamento não fica clara quanto a porcentagem mínima do valor que deve ser destinado à Educação Infantil. Ressaltamos no entanto que tais leis demonstram um sobressalto se comparado com às leis federais anteriores.

Sobre a organização do ensino, o artigo 208 diz: “*O Poder Executivo submeterá à aprovação da Câmara Municipal Projeto de Lei, estruturando o sistema*

Municipal de ensino, que contará obrigatoriamente com a organização administrativa e técnica pedagógica do órgão Municipal de Educação..”

Gostaríamos de ressaltar que atualmente o ensino no município de Holambra esta organizado na forma de Rede Municipal Pública de Ensino, estando essa vinculada ao sistema Estadual de ensino. Embora conste neste artigo que o ensino deverá se organizar na forma de sistema, ainda não foi possível implantar tal proposta no município pois, para sua implantação é necessária a organização de uma estrutura auto-gerenciadora como consta no artigo 11, incisos I, III e IV da LDB 9394/96 que diz:

“Os municípios incumbir-se-ão de:

I. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

III. baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV. autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino”.

Consta no artigo 208 que o ensino deverá ser organizado sob a forma de sistema de ensino. Gostaríamos de salientar que esse artigo entra em descompasso com o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira do Município quando o artigo 2º, § 2º e § 3º deste documento diz:

§ 2º - Constituem objetivos de desta lei:

I – estabelecer normas que reestruem o Quadro de Magistério de acordo com as reais necessidades da rede municipal de educação e com as diretrizes educacionais da Administração do Município.

§ 3º - Para os fins desta lei, entende-se:

I – Rede Municipal de Ensino – o conjunto de órgãos que, sob os princípios legais aplicáveis à Educação, realiza atividades na área educacional e de ensino do Município;

Desse forma, o Departamento Municipal de Educação responde pela rede municipal pública de ensino enquanto essa estrutura não for modificada para sistema de ensino. Após modificação a expressão Departamento Municipal de Educação poderá ser substituída por Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme consta no artigo 92 do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

O artigo 209 se refere a formação do Conselho Municipal de Educação: “O Município criará o Conselho Municipal de Educação.” O Conselho Municipal de Educação já existe no município há mais de cinco anos. O “Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação” foi aprovado no dia vinte e quatro de janeiro de 1995 na gestão administrativa de Antonio Marino Brandão de Almeida. Segundo consta no artigo 2º do Regimento Interno compete ao Conselho Municipal de Educação:

“Compete ao Conselho Municipal de Educação, dentre outras atribuições as seguintes:

I - Zelar pelo cumprimento da Legislação aplicável à Educação e ao Ensino;

II - Estudar e formular propostas de alterações de estrutura técnico-administrativa, da política de recursos humanos e outras medidas que visam o aperfeiçoamento do ensino;

III – Manifestar-se sobre:

A elaboração e utilização do Plano Municipal de Educação, assim como, a aplicação dos recursos da receita de impostos destinados à educação, e ainda criar plano para atender a demanda do “ensino” na rede e o plano de transporte para os alunos.

IV – Acompanhar:

O levantamento anual da população em idade escolar e a integração das Secretarias do Município e os Recursos da Comunidade para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

V - Avaliar o desempenho das unidades escolares e sugerir medidas que visem a expansão qualitativa do Ensino Municipal;

VI – Incentivar a integração das redes de Ensino Municipal, Estadual e Particular que visem a expansão qualitativa do Ensino Municipal;

VII - Elaborar o Regimento Interno do Conselho;

VIII – Estimular a assistência social do escolar.

Essas funções são exercidas por um Conselho composto por sete membros e sete suplementes, nomeados pelo Prefeito Municipal.

O artigo 213 se refere sobre a regulamentação de Leis Complementares que assegure a participação do magistério municipal, as leis complementares são:

I – plano de carreira do magistério municipal;

II – estatuto do magistério municipal;

III- gestão democrática do ensino público;

IV - Plano Municipal Plurianual de Educação;

V – Conselho Municipal de Educação.

Desde do ano de promulgação desta Lei Orgânica, 1993, podemos perceber que houve um grande avanço quanto à essas leis complementares. A partir deste ano, 2001, entrou em vigor o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério, um documento elaborado a partir de longas discussões entre os poderes executivo, legislativo e a população local para assegurar os direitos dos profissionais de educação. Acredito que, durante essa construção, a questão da gestão democrática tenha sido contemplada, uma vez que houve a participação ativa da comunidade na elaboração do documento. A partir de 1997, a população, em especial, a rede de ensino passou a contar com o auxílio do Conselho Municipal de Educação que tem a função de auxiliar, orientar e garantir os direitos de todos os cidadão. A cada dois anos a Prefeitura, através de solicitações e das necessidade encontradas na rede de ensino elabora o Plano Plurianual de Educação com o intuito de estabelecer metas e diretrizes a serem cumpridas neste período.

E por último faremos uma pequena análise do artigo 230 que diz: *“O Município tem como dever atender à população local, com ensino fundamental obrigatório e gratuito, em todos os âmbitos, a todos, entre seis e dezesseis anos de idade, no mínimo.”*

Nos pareceu haver uma inconsistência neste artigo. Se nos reportarmos ao artigo 208 da Constituição Federal encontraremos o seguinte:

“O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.”

Assim, verificamos que em nenhum momento o artigo da Lei Federal se refere a faixa de idade. O artigo 230 da Lei Orgânica Municipal ao citar *“entre seis e dezesseis anos”* pareceu-nos limitar esse oferecimento sugerindo a faixa-etária que deve ser destinado o ensino fundamental. Isso deu-nos a entender que o município oferecerá o ensino fundamental a todos aqueles que tiverem idade entre seis e dezesseis anos, o que não é verdade, pois terá direito de receber esse atendimento, segundo a Constituição, *“todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”*.

5.2 - Estatuto do Magistério e Plano de Carreira

O Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira foram aprovados em 2000 entrando em vigor neste ano de 2001. A elaboração do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira estão descritos em um único documento e contou com a participação da população, dos profissionais da Educação e de um especialista que se baseou em modelos já existentes das cidades vizinhas e, principalmente, no município de Vinhedo.

Assim como na Lei Orgânica do Município pretendemos discorrer sobre O Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira tentando descrever, levantar e rever algumas questões que consideramos de grande importância.

Iniciaremos trazendo a questão sobre “Do campo de Atuação”. O artigo 4º se refere aos cargos no magistério público municipal e a atuação de cada um destes. O Quadro do Magistério na Rede Pública de Holambra, de acordo o artigo 3º, inciso I e II, estão divididos da seguinte forma:

Docente:

- a) *Professor de Educação Infantil;*
- b) *Professor de Educação Especial;*
- c) *Professor de Ensino Fundamental I;*
- d) *Professor de Ensino Fundamental II;*

Especialistas de Educação:

- a) *Coordenador Pedagógico;*
- b) *Coordenador de Unidade de Educação Infantil;*
- c) *Vice-Diretor de Unidade Educacional;*
- d) *Diretor de Unidade Educacional;*
- e) *Supervisor de Educação (obs.: como o ensino esta organizado em forma de rede não existe o cargo de supervisor de Educação).*

Ao analisarmos o campo de atuação dos profissionais de educação não encontramos menção alguma a respeito dos educadores que trabalham com crianças na faixa de zero a 3 anos de idade, os chamados orientadores. Outro ponto a ser destacado é que o Professor de Educação Infantil atua no desenvolvimento de crianças com idade entre 04 a 06 anos. Cabe a nós fazermos uma pergunta: e as

crianças de 0 a 3 anos, não poderão receber atendimento diretamente de um professor de Educação Infantil ou de um Pedagogo?

O artigo 6º trata da questão “Do ingresso” e segundo esse artigo: *“Os cargos efetivos e os cargos de confiança no Magistério Municipal serão preenchidos respectivamente da seguinte forma:*

I – para ingresso, mediante admissão em caráter permanente, após concurso público de provas e títulos, para todos os grupos de cargos de docentes;

II – nomeação, pelo Prefeito Municipal, após indicação, pelo Prefeito Municipal, após indicação da lista triplíce de nomes eleitos pelo Conselho de Escola prioritariamente dentre os docentes do Quadro de Magistério Municipal, para os cargos de confiança de Vice-Diretor de Unidade Educacional, Coordenador de Escola, Diretor de Unidade Educacional e Supervisor de Educação”.

O inciso II diz que a nomeação para o cargo de confiança faz-se-a mediante indicação de três nomes eleitos prioritariamente dentro do Quadro de Magistério Municipal. Nesse sentido, entendemos que a palavra prioritariamente não tem o mesmo sentido da palavra obrigatoriamente. Sendo assim, dar-se-a prioridade aos cargos de confiança aos docente efetivos da rede, mas não obrigatoriamente. Nesse sentido, entendemos que os profissionais não vinculados a rede de ensino poderão assumir cargos de confiança. Com essa interpretação podemos dizer que esse inciso entra em contradição com o artigo 210 da Lei Orgânica do Município que diz: *“Os cargos do magistério Municipal serão obrigatoriamente providos através de concursos públicos de ingresso e acesso, vedada qualquer outra forma de provimento”.*

O artigo 7º diz respeito ao concurso público. Segundo esse artigo os concursos públicos de ingresso, serão organizados pelo Departamento Municipal de Educação, onde esses serão elaborados por meio de instrumentos especiais estabelecidos em edital publicados na imprensa.

O artigo 10º trata da questão da remoção. Este artigo traz o sentido desta palavra no documento. *“A Remoção é a passagem do exercício do servidor de uma unidade escolar para outra, dentro do município, preenchendo vagas existentes, sem que se modifique sua situação funcional”.*

A remoção poderá ocorrer, se houver vagas disponíveis, através de concurso anual; também por meio de permutas realizadas anualmente antes do início do ano letivo mediante a aprovação do Departamento Municipal de Educação ou durante o

mês de julho, excepcionalmente, por motivo devidamente justificado. Segundo o inciso IV do artigo 10, os critérios para classificação dos candidatos são: tempo de serviço no Magistério Público Municipal; títulos; assiduidade às aulas e reuniões de estudo e planejamento.

O artigo 23 diz respeito a questão “Da Estabilidade”. Consta neste artigo que o funcionário habilitado em concurso público possuirá estabilidade ao completar três anos de efetivo exercício, ou seja, após aprovação no Estágio Probatório. O artigo 21 diz: “*Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetivos de avaliação para o desempenho do cargo observados os seguintes fatores:*

I - zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

II - assiduidade e pontualidade;

III - produtividade;

IV - capacidade de iniciativa e relacionamento;

V - respeito e compromisso com a instituição;

VI - participação nas atividades promovidas pela instituição;

VII - responsabilidade e disciplina; e

VIII - idoneidade moral.

O artigo 24 diz que o funcionário estável só perderá o cargo *em virtude de sentença judicial transitada em julgado*, mediante processo administrativo disciplinar; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa e segundo as normas gerais estabelecidas no § 4º do artigo 169 da Constituição Federal.

A Seção I do capítulo V se refere a “Jornada Semanal de Trabalho” dos docentes da rede municipal de ensino a qual esta disposta da seguinte maneira:

I - Professor de Educação Infantil: 20 horas, sendo 18 horas de atividade com aluno, 2 horas de atividades pedagógicas na unidade educacional;

II - Professor de Ensino Fundamental II: 26 horas, sendo 23 horas de atividade com o aluno; 2 horas de atividade pedagógica na unidade educacional e 1 hora de atividade pedagógica em local de livre escolha;

III - Professor de Ensino Fundamental I:

a) 29 horas, sendo 25 horas de atividade com aluno, 2 horas de atividade pedagógica na unidade educacional e 2 horas de atividade pedagógica em local de livre escolha (jornada máxima), não se admitindo quebra de bloco para respeitar a grade curricular; ou

b) 19 horas, sendo 16 horas de atividade com aluno, 2 horas de atividade pedagógica na unidade educacional e 1 hora de atividade pedagógica em local de livre escolha (jornada mínima), não se admitindo quebra de bloco para respeitar a grade curricular.

IV - Professor de Educação Especial: 26 horas, sendo 23 horas de atividade com aluno; 2 horas de atividade pedagógica na unidade educacional e 1 hora de atividade pedagógica em local de livre escolha.

O Capítulo VI se refere “Da Classificação Para Atribuição de Classes e/ou Aulas”. A atribuição de classes ou aulas aos docentes do mesmo campo de atuação se dará preferencialmente de acordo com a situação funcional, a habilitação, o tempo de serviço (os que contarem com maior tempo) e quanto aos títulos. Compete ao Departamento Municipal de Educação realizar esta atribuição respeitando a escala de classificação dos docentes da rede municipal de ensino.

Sobre a avaliação de desempenho, consta no artigo 46 que os profissionais do magistério público municipal deverão ser submetidos, para a promoção na carreira, a um processo de avaliação e desempenho o qual ocorrerá anualmente. Segundo consta neste documento a avaliação deverá ser regulamentada e desencadeada pelo Departamento Municipal de Educação. O artigo 47 diz:

“Avaliação de Desempenho será registrada em formulário próprio e deverá obter uma pontuação total individualizada para cada integrante do quadro do Magistério, abordando os aspectos e respectivas pontuações máximas...”³¹

Gostaríamos de destacar um ponto importante neste documento que se refere a licença para qualificação profissional. Esse ponto nos surpreendeu devido a atenção e o incentivo destinado a formação continuada dos profissionais de educação da rede municipal de ensino. Consta no artigo 57 que a licença para qualificação profissional, ou seja, o afastamento do professor ou especialista para a sua qualificação se dará com prévia autorização do chefe do executivo municipal onde será concedida:

³¹ Anexos 8 e 9 - Formulário de Avaliação do Desempenho Profissional.

I – para frequência de cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de desenvolvimento estratégico;

II – para frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional ou a nível de pós-graduação, e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade;

III – para participação de Congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional de Educação básica.

Os requisitos para a concessão da licença para o aperfeiçoamento do profissional são o exercício de dois anos sem interrupção da função e a correlação do curso com sua área de atuação. Consta no artigo 60 que o número de licenciados para a qualificação profissional não poderá ultrapassar 1/10 (um dez avos) do quatro total da unidade. A licença será concedida mediante “*requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para o Conselho Deliberativo Escolar e anuência do Chefe do Executivo Municipal*” com um ano de antecedência.

O artigo 78 se refere a questão da aposentadoria. Segundo este artigo o profissional da Educação Básica será aposentado por: *invalidez permanente, compulsoriamente aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço*, voluntariamente, por tempo integral de contribuição e *voluntariamente por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição*.

E para finalizar descreveremos as questões dos Direitos e Deveres Especiais dos profissionais da educação da rede municipal pública de ensino.

Segundo o artigo 82 são direitos dos profissionais da Educação Básica:

I – ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações adequadas e material técnico e pedagógico suficiente adequado para que possa exercer com eficiência as suas funções;

III – ter liberdade de escolha utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;

IV – ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos;

V – não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidade previstas na Constituição Federal, Art. 5º, incisos V e XII.

VI – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízos das atividades escolares.

Segundo artigo 83 são deveres dos profissionais da Educação Básica:

I – Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II – Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;

III – Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processos que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;

V – Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos juntos aos órgãos da Administração;

VI – Assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VII – Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VIII – Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

XI – Manter em dia registro, escriturações e documentação inerentes a função desenvolvida e à vida profissional;

X – Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

5.3 - Regimento Interno - Centro de Educação e Convivência Infantil – C.E.C.I

A partir do mês de agosto de 2001, depois de oito anos na direção do Departamento Municipal de Educação, Dalila Stapelbroek deixa o cargo de diretora de educação e assume em seu lugar Marli Klein Gunnewiek dando continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido durante todos esse anos, desde a emancipação. Assim, novas propostas vão sendo elaboradas, discutidas e na medida do possível implantadas.

O Regimento Interno dos CECI's Colméia e Favo de Mel, elaborado com a participação dos profissionais dessas duas instituições e da comunidade, já havia sido aprovado pelo Departamento Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação. Aguardava somente a aprovação da Câmara Municipal. Desse modo, acreditamos que com essa mudança ocorrida a partir do mês de agosto, tal documentação sofrerá algumas modificações e/ou alterações embora tenhamos claro que a aprovação do Regimento Interno de unidade escolar independe da responsabilidade do sistema de ensino a que a unidade está vinculada. No entanto, faremos uma breve síntese dos principais objetivos e princípios do Regimento Interno dos CECI's.

Segundo este documento a Educação infantil se baseará nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tendo como objetivos atender à crianças de 0 (zero) a 3 anos na modalidade de creche e atender a criança de 4 a 6 anos na modalidade de pré-escola além de: Artigo 4º

I – respeitar a criança, oferecendo-lhe oportunidades para o desenvolvimento físico, motor, afetivo e cognitivo saudável;

II – dar liberdade de aprender, ensinar, pesquisar;

III – aceitar o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeitar a liberdade e ter apreço à tolerância;

V – manter na unidade infantil, a gestão democrática nos conformes da lei;

VI – garantir padrão de qualidade de ensino e cuidados;

VII – valorizar experiências extra-escolares;

VIII – vincular a educação infantil às práticas sociais.

Quantos aos princípios, os CECI's deverão reger-se pelo princípio da gestão democrática mediante a participação dos profissionais da instituição na elaboração da proposta pedagógica, participação dos professores, pais, funcionários e crianças nos processos de decisões, transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativo

e financeiro e busca da valorização dos CECI's enquanto espaço privilegiado do processo educativo.

Acreditamos que desde a emancipação o município de Holambra vem tentando realizar melhorias na rede municipal de ensino. Durante esses anos conseguiu-se ampliar o atendimento de ensino público e elaborar documentos legais que atualmente garantem o oferecimento público do ensino no município, os direitos dos profissionais de educação e principalmente o direito da população de ter acesso à educação. A implantação da gestão democrática que conta com a participação de toda comunidade nas discussões, elaborações e execução de normas e projetos foi um grande avanço para novas conquistas, principalmente, no que diz respeito a qualidade.

6.0 - CECI'S e EMEI'S as Instituições Públicas Municipais de Educação Infantil

6.1 - Os CECI'S – Centro de Educação e Convivência Infantil

Os CECI'S Colméia e Favo de Mel são duas instituições distintas. Um localiza-se na área urbana e o outro na zona rural do município de Holambra. Por isso, cada um possui características e singularidades. Ambos recebem orientação de uma única coordenadora pedagógica responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos realizados com as equipes de profissionais da educação dessas duas instituições.

Os CECI'S dependem financeiramente de recursos provenientes da Prefeitura Municipal, mas, como a verba destinada nem sempre é suficiente, essas duas instituições contam com o auxílio da APOV – Associação de Pais, Orientadores e Voluntários. A APOV surgiu entre os anos de 1996 e 1997 através da iniciativa do grupo de trabalho do CECI Colméia. Nessa época, os profissionais do CECI convocaram os pais para apresentarem uma proposta com o intuito de formarem uma associação composta por pais, orientadores e voluntários, cujo objetivo seria garantir através de doações, festas, bazares e rifas a arrecadação de dinheiro para despesas emergenciais e compra de materiais pedagógicos, livros, dentre outros. A proposta foi aprovada pela comunidade e desde então os CECI'S passaram a contar com esse auxílio.

Inicialmente a associação surgiu para atender as necessidades do CECI Colméia, mas com os anos passou a atender também o CECI Favo de mel.

Atualmente a associação conta com representantes das duas instituições, mas há uma discussão sobre a possibilidade e a necessidade de cada CECI ter sua própria associação.

O dinheiro arrecadado pela APOV é dividido proporcionalmente, conforme o número de crianças matriculadas, entre as duas instituições. Segundo Suely Moreno Sperling³², a aproximadamente dois anos atrás veio da Holanda uma doação de roupa destinada aos CECI'S. Essa doação passou por uma triagem onde uma parte foi dividida entre os CECI'S e uma outra parte foi destinada ao bazar. A APOV se responsabilizou pela parte da comercialização das roupas vendidas no bazar. O dinheiro levantado foi repartido entre essas duas instituições, e com esse valor foi possível construir no CECI Colmeia, em parceria com a Prefeitura Municipal, um refeitório para as crianças.

Atualmente, através do dinheiro arrecadado pela APOV, houve a possibilidade de contratar um professor de teatro que percorre os CECI'S uma vez por semana, aplicando atividades de relaxamento, expressão corporal e desenvolvendo trabalhos com histórias infantis.

Além da APOV, os CECI'S contam com a contribuição espontânea dos pais de uma quantia em dinheiro que é utilizada em atividades exclusivamente para as crianças, passeios, festas e presentes em datas comemorativas.

Todas as crianças da educação infantil, tanto das EMEI'S como dos CECI'S recebem atendimento dos profissionais da área da saúde. São médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacional que desenvolvem o trabalho de prevenção, educação, assistência e acompanhamento terapêutico.

6.1.1 - CECI Colméia

O CECI Colméia localiza-se na rua Leandro Gonçalves, no. 300, na região central da cidade. Funciona no horário das 6:30 h às 17:30 h, atendendo crianças em idade de 4 meses a 6 anos de idade em período integral.

A Colméia atende exclusivamente filhos (as) de mães trabalhadoras que em sua maioria são moradores da região central. Podemos dizer que as crianças que freqüentam o CECI são provenientes da classe média. A instituição também atende crianças moradoras de bairros distantes, da zona rural, que se deslocam diariamente

³² Coordenadora Pedagógica dos CECI'S até o mês de agosto 2001.

até o CECI Colméia através do transporte fornecido pela Prefeitura. Como não há vagas suficiente para absorver a grande procura, atualmente existe uma lista de espera com 523 nomes que aguardam uma vaga.

A partir deste ano de 2001 o CECI Colméia passou a contar com três turmas de pré-escola, infantil I, infantil II e pré. Até o ano passado as crianças de 4 a 6 anos, permaneciam meio período no CECI e no outro meio período se deslocavam até a pré-escola, localizada do outro lado da rua, e posteriormente retornavam ao CECI. Hoje passam o dia todo no CECI, as crianças de 4 a 6 anos de idade permanecem um período com a orientadora e outro com a professora.

O número inicial de matriculados no CECI Colméia no ano de 2001 é de 119 crianças que estão agrupadas de acordo com a faixa-etária.

Quadro 2 – Número de crianças inicialmente matriculadas no CECI Colméia por turma em 2001.

Turma	Faixa-etrária	Número de crianças por turma
Berçário	Zero ano a 1 ano	14
Sala I	1 ano a 2 anos	11
Sala II	2 a 3 anos	15
Sala III	3 a 4 anos	18
Infantil I	4 a 5 anos	17
Infantil II	5 a 6 anos	21
Pré	6 a 7 anos	23

Fonte: Departamento Municipal de Educação, 2001.

Dos profissionais que atuam no CECI Colméia, três professoras possuem curso superior. Em relação as orientadoras somente uma cursa Pedagogia e uma outra tem o magistério, as demais possuem o Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Quadro 3 – Os profissionais da Educação Infantil no CECI Colméia

Turma	Período	Profissional	Número de profissionais
Berçário	Integral	Orientador	03
Sala I	Integral	Orientador	02
Sala II	Integral	Orientador	02
Sala III	Integral	Orientador	02
Infantil I	Manhã	Professor	01
	Tarde	Orientador	01
Infantil II	Manhã	Orientador	01
	Tarde	Professor	01
Pré	Manhã	Professor	01
	Tarde	Orientador	01

Fonte: CECI Colméia, 2001.

Durante o período que permanecem no CECI as crianças recebem quatro refeições diárias, café da manhã, almoço, café da tarde e janta com intervalos para mamadeiras, sucos e bolachas. O cardápio é definido por uma nutricionista responsável por elaborar uma alimentação saudável e equilibrada.

Quanto ao espaço físico, a Colméia possui um amplo pátio gramado e arborizado. Neste espaço existe um parque com gangorras, balanças, gira-gira, trepa-trepa, escorregador que possibilita a realização de muitas atividades ao ar livre.

Ao todo existem seis salas onde ficam as turmas. Todas as salas são bem iluminadas e arejadas. As janelas são baixas o que possibilita que a criança observe a movimentação do lado de fora. Há vários brinquedos, bola, jogos de monta e desmonta, jogos de encaixar. Na hora do descanso são colocados no chão de cada sala colchonetes para o repouso. As salas das turmas do Infantil I, Infantil II e pré possuem mesas e cadeiras coletivas adaptadas ao tamanho da criança.

Na parte do berçário existe uma sala onde ficam os berços, uma outra sala ampla de recreação onde as crianças brincam e desenvolvem suas atividades que possuem brinquedos, pneus e colchonetes. Possui ainda um banheiro e também uma cozinha, exclusiva para o preparo da comida dos bebês onde tudo é esterilizado.

No prédio ainda existe:

Uma sala de televisão e vídeo; Dois banheiros um para os meninos e outro para as meninas Uma biblioteca que foi adaptada em um espaço improvisado

próximo a sala de TV; Uma sala de recepção; Uma secretaria que possui um banheiro e uma sala para reuniões; Uma sala onde todos os brinquedos da creche ficam guardados por falta de espaço; Uma cozinha; Uma lavanderia e um refeitório.

A Colméia conta com o auxílio de 25 funcionários:

- 01 coordenadora pedagógica;
- 01 sub-encarregada administrativa;
- 01 auxiliar administrativa;
- 03 professores;
- 12 orientadores;
- 03 cozinheiras;
- 02 faxineiras;
- 01 lavadeira;
- 01 jardineiro.

6. 1.2 - CECI Favo de Mel

O CECI Favo de Mel localiza-se na Estrada Vicinal Municipal HBR 40, s/n, no Bairro Fundão, na zona rural de Holambra.

Desde 1995 uma sala de educação infantil funcionava no prédio da escola de ensino básico “EMEB Novo Florescer” no bairro Fundão. Em 1999 a Prefeitura Municipal construiu um prédio para atender exclusivamente crianças em idade de creche e pré-escola.

O CECI Favo de Mel funciona no horário das 6:30 h às 17:00 h atendendo crianças de 4 meses a 6 anos de idade em período integral. A maioria das crianças que freqüentam o CECI são moradoras do bairro Fundão, mas há algumas exceções de crianças moradoras de outras regiões que por falta de vaga foram transferidas para a Favo de Mel. Nesta instituição atende-se prioritariamente crianças filhas de mães trabalhadoras que em sua maioria trabalham na lavoura dos sítios vizinhos. Sendo assim, as crianças do CECI apresentam um nível sócio-econômico baixo sendo que a grande parte dos pais são analfabetos. É importante salientarmos que, segundo depoimentos, esse fator não interfere no desenvolvimento do trabalho desta instituição, pois essa é uma comunidade muito participativa, interessada e envolvida nas atividades do CECI.

Por falta de vaga para atender a demanda da região o CECI conta hoje com uma lista de espera com 102 nomes que aguardam ansiosamente por uma vaga.

O número inicial de matriculados em 2001 na Favo de Mel é de 104 crianças, que estão divididas de acordo com a faixa-etária.

Quadro 4 – Número de crianças inicialmente matriculadas no CECI Favo de Mel por turma em 2001.

Turma	Faixa-etária	Número de crianças por turmas
Berçário	Zero a 1 ano	09* ³³
Sala I	1 ano a 2 anos	
Sala II	2 a 3 anos	25*
Sala III	3 a 4 anos	
Infantil I	4 a 5 anos	18
Infantil II	5 a 6 anos	20
Pré	6 a 7 anos	19

Fonte: CECI Favo de Mel, 2001.

As crianças de 4 a 6 anos durante o período da manhã ficam com as professoras e no período da tarde desenvolve atividades com as orientadoras.

Quadro 5 – Os profissionais da Educação Infantil no CECI Favo de Mel .

Turma	Período	Profissional	Número de profissionais
Berçário	Integral	Orientador	02
Sala I			
Sala II	Integral	Orientador	04
Sala III			
Infantil I	Manhã	Professor	01
	Tarde	Orientador	01
Infantil II	Manhã	Professor	01
	Tarde	Orientador	01
Pré	Manhã	Professor	01
	Tarde	Orientador	01

Fonte: CECI Favo de Mel

³³ * Por falta de sala as turmas do berçário e da sala I ficam em uma única espaço, assim como as turmas da sala II e sala III. Gostaríamos de ressaltar que essa adaptação, segundo as profissionais que trabalham no CECI Favo de Mel, não prejudica o desenvolvimento das atividades, uma vez que estas salas estão funcionando com a sua capacidade máxima.

Dos profissionais acima descritos, uma orientadora cursa Pedagogia e uma outra faz Letras, as demais possuem o Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Das professoras, duas possuem o ensino superior e uma esta cursando Pedagogia.

A maioria das crianças vai para o CECI com o transporte fornecido pela Prefeitura. Apesar de morarem no mesmo bairro da instituição muitas casas são afastadas.

As crianças que necessitam do atendimento dos profissionais da saúde, uma vez por semana se deslocam com o transporte fornecido pela Prefeitura Municipal até à cidade. Somente o atendimento psicológico é realizado na Favo de Mel.

Assim como no CECI Colméia as crianças da Favo de Mel recebem quatro refeições diárias, além dos horários que são servido mamadeira, suco e bolacha. O cardápio é elaborado pela nutricionista exclusivamente para a Favo de Mel, que mantêm uma alimentação balanceada.

O CECI conta com o auxílio de 21 profissionais:

- 01 coordenadora pedagógica;
- 01 sub-encarregada administrativa;
- 03 professores;
- 10 orientadores;
- 03 cozinheiras;
- 02 faxineiras;
- 01 lavadeira.

O espaço físico do CECI esta dividido em cinco salas onde ficam as crianças. O espaço do berçário possui uma sala, um banheiro e uma cozinha exclusiva responsável pela alimentação dos bebês. Lembrando que as turmas do berçário e sala I ficam em uma única sala, assim como, as turmas II e III. Já as crianças do infantil I, infantil II e pré possuem uma sala individualizada onde todo o mobiliário é adaptado para o tamanho das crianças. Há dois banheiros um para as meninas e um para os meninos também adaptados. Existem ainda um refeitório com um espaço onde foi adaptado uma sala de TV e vídeo; Uma cozinha; Um banheiro para os funcionários e uma dispensa; Na parte administrativa existe um banheiro, uma sala onde é a secretaria, uma sala para reuniões e uma sala para a psicóloga; O pátio é amplo e arborizado e todo cercado por alambrado.

6.2 - AS EMEI'S – Escolas Municipal de Educação Infantil

Existem duas pré-escolas que atendem crianças de 4 a 6 anos em Holambra. Uma se localiza na área urbana e a outra na zona rural no bairro Palmeiras. Assim, como nos CECI'S uma única coordenadora pedagógica é responsável pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico elaborado conjuntamente com a equipe de profissionais da educação dessas duas instituições.

As pré-escolas funcionam em dois períodos, de manhãs das 07:30h às 11:00 h e à tarde das 13:00h às 16:30 h. Diferentemente dos CECI'S as crianças das pré-escolas permanecem somente meio período na instituição.

Além do atendimento educacional, as crianças recebem apoio dos profissionais da saúde, assim como nos CECI'S.

As EMEI'S contam com o recurso financeiro proveniente da Prefeitura e também com a contribuição da APM – Associação de Pais e Mestres onde mensalmente os pais contribuem espontaneamente com uma quantia em dinheiro. O valor arrecadado é gasto exclusivamente com as crianças, passeios, festas, compra de materiais pedagógicos, livros infantis e em eventuais situações emergenciais.

6.2.1 – “EMEI Joaquim Felipe de Almeida”

A EMEI Joaquim Felipe de Almeida localiza-se na rua das Tulipas, s/n no centro de Holambra. Foi o primeiro prédio a ser construído para atender exclusivamente a educação infantil pública municipal. Começou a funcionar no ano de 1991, antes da emancipação quando ainda o “Bairro Holambra” era ligado ao município de Jaguariúna.

Atualmente atende crianças com idade entre 4 a 6 anos oferecendo turmas de infantil I, infantil II e pré. As crianças que frequentam essa EMEI são moradoras da região central da cidade, filhas de mulheres, onde a maioria trabalham na indústria e no comércio. Desse modo, constatamos que as crianças matriculadas apresentam um nível econômico médio, médio alto.

O número inicial de crianças matriculadas neste ano de 2001 é de 177 as quais estão divididas por faixa-etária.

Quadro 6 – Número de crianças inicialmente matriculadas na EMEI Joaquim Felipe de Almeida por turma em 2001.

Turma	Período	Faixa-etária	Número de criança por turma
Infantil II	Manhã	5 a 6 anos	20
Infantil II	Manhã	5 a 6 anos	21
Pré	Manhã	6 a 7 anos	21
Pré	Manhã	6 a 7 anos	20
Infantil I	Tarde	4 a 5 anos	26
Infantil II	Tarde	5 a 6 anos	25
Pré	Tarde	6 a 7 anos	22
Pré	Tarde	6 a 7 anos	22

Fonte: Departamento Municipal de Educação, 2001.

A EMEI Joaquim Felipe de Almeida conta com uma equipe composta por sete professores, sendo que uma trabalha nos dois períodos. Dessas profissionais duas possuem o ensino superior, três estão cursando pedagogia e duas possuem somente o magistério.

Este ano as matrículas para o ano de 2002 já começaram. A procura esta sendo muito grande e possivelmente algumas crianças terão que aguardar uma vaga em lista de espera. Segundo funcionários da EMEI esse é um problema que se está tentando ser resolvido para que essa deficiência não prejudique as crianças que por lei tem direito a esse atendimento.

A EMEI, desde de sua construção, já sofreu uma ampliação de instalações. Hoje o prédio conta com: Quatro salas de aula; Uma sala para a psicóloga; Uma sala para a fonoaudióloga; Dois banheiros, um para as meninas e um para os meninos não adaptados para o tamanho dessas crianças; Uma cozinha com uma despensa; Um refeitório; Um banheiro para funcionários; Uma sala grande dividida em secretaria e sala de reuniões; Uma sala onde funciona o almoxarifado; E um amplo pátio todo gramado onde existe um parque com balanças, gangorras, escorregador, gira-gira e trepa-trepa. Conta ainda com um tanque de areia e uma casa de alvenaria chamada “Casa das Bonecas”.

A EMEI conta com o auxílio de 13 profissionais:

- 01 coordenadora pedagógica;

- 01 sub-encarregada administrativa;
07 professores;
- 02 estagiárias;
- 01 cozinheira;
- 01 faxineira.

6.2.2. - “EMEI Recanto das Palmeiras”

No prédio da “EMEB Rural Recanto das Palmeiras” onde funciona turmas de 1ª à 4ª séries, desde o ano de 1995 uma sala foi cedida para o atendimento da educação infantil da população local. Hoje atende, além das crianças das quatro séries iniciais, duas turmas de pré-escola uma no período da manhã e a outra à tarde.

As crianças matriculadas são moradoras da região do bairro que se deslocam até EMEB/EMEI Palmeiras com o transporte fornecido pela Prefeitura Municipal. As crianças chegam as 7:00 h recebem o café da manhã e as 7:30 h vão para sala. As 10:00h o almoço é servido e 11:00 h as crianças vão embora. As refeições são as mesmas para o período da tarde.

O prédio da escola possui um pátio amplo e gramado onde de um lado esta o parque e na outra parte foi feito um campo de futebol. Existem dois banheiros um para as meninas e outro para os meninos; Uma cozinha com uma despensa; Um refeitório e três salas de aula.

O número inicial de crianças matriculadas na EMEI Recanto das Palmeiras em 2001 é de 45 alunos.

Quadro 7 – Número de crianças inicialmente matriculadas na EMEI Recanto das Palmeiras por turma em 2001.

Turma	Período	Faixa-etária	Número de crianças por turma
Infantil II	Manhã	5 a 6 anos	20
Pré	Tarde	6 a 7 anos	25

Fonte: Departamento Municipal de Educação, 2001.

Trabalham com as salas de pré-escola duas professoras, uma que possui o curso superior e a outra que esta cursando Pedagogia.

7.0 - A Estrutura da Educação Infantil Pública de Holambra

Tabela 8 – O atendimento da Educação Infantil Pública Municipal

Instituição	Número de crianças matriculas por unidade de educação infantil	Número de funcionários por unidade	Número de orientadores por unidade	Número de professores por unidade
CECI Colméia	119	25	12	3
CECI Favo de Mel	104	21	10	3
EMEI Joaquim Felipe de Almeida	177	13	-	7
EMEI Recanto das Palmeiras	45	02	-	2
Total: 04	445	61	22	15*

Tabela 9 – Qualificação dos Profissionais da Educação Infantil Municipal Pública na rede

Grau de Escolaridade	Orientadores	Professores	Total
Ensino Superior Completo	—	07	07
Ensino Superior Incompleto	03	05	08
Magistério	01	02	03
Somente Ensino fundamental ou Ensino Médio Básico	18	—	18

Verificamos com esses dados que a equipe de profissionais que atua na Educação Infantil no município de Holambra é bem heterogênea. Se considerarmos que os professores que atualmente estão cursando o ensino superior venham a

* O número exato de professores que trabalham na rede com a Educação Infantil é 14, sendo que uma das professoras trabalha meio período no CECI Favo de Mel e o outro período no CECI Colméia por isso o total de quinze profissionais.

completá-lo, 85% dos docente da Educação Infantil passarão apresentar qualificação de nível superior. Ao nosso entender esse índice revelaria uma melhoria na qualidade do docente e conseqüentemente no trabalho deste.

Ao verificarmos a escolaridade dos orientadores constatamos que todos possuem o ensino fundamental, o que já é um grande avanço. Mas, de um total de 22 orientadores somente um possui o magistério e dois estão cursando o ensino superior, esses dados nos demonstram o baixo índice de profissionais com um nível de qualificação específico. Ao nosso ver esses números podem estar relacionados com o que determinada a LDB 9394/96 artigo 62 *“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”*.

Segundo NASCIMENTO (1999)³⁴, esse artigo trata apenas dos profissionais com perfil de docência ainda mais quando o artigo 67 complementa que *“os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação assegurando: (...) IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho”* (p. 108). Acreditamos desse modo, que esse seja um “estímulo” a mais para que os professores invistam em sua carreira. Mas, NASCIMENTO (1999) ainda complementa que essa medida *“abrange apenas os professores, não sendo verdadeiro que a lei condiciona que todos os profissionais devam estar de posse de um diploma universitário...”* (p. 109).

³⁴ NASCIMENTO, Maria Evelynna Pompeu do. **Os Profissionais da Educação Infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, autores associados, 1999.

Considerações Finais

Percorrendo a história do município de Holambra verificamos que a cultura holandesa sempre esteve presente influenciando o cotidiano dessa comunidade. Os costumes e os valores trazidos da Holanda pelos imigrantes fizeram com que esse município construísse sua própria identidade.

Inicialmente a comunidade se manteve fechada, sendo que “os estrangeiros”, no caso o brasileiro, não eram muito bem-vindos. Essa segregação pode ser vista como uma estratégia criativa para que os holandeses preservassem suas tradições culturais. A língua, os trajes, a comida típica, os costumes, foram meios que encontraram para reviverem e reproduzirem no Brasil a vida na Holanda.

Aos poucos o contato com a comunidade brasileira foi se estreitando e lentamente a colônia de imigrantes foi se abrindo, embora hoje ainda exista grupos de descendentes que se mantêm reservados.

Durante todos esses anos as culturas holandesa e brasileira foram se mesclando, se entrecortando e se recombinao. Foram tomando forma e deram origem a uma nova cultura com uma identidade singular. Identidade essa, mais moderna na sua organização social e administrativa.

Percebemos ganhos quanto a trajetória histórica em relação a organização política e administrativa do município. Embora desde o início a colônia holandesa tenha apresentado uma forma de organização, baseada nos princípios de coletividade e cooperação e, que isso tenha contribuído para o crescimento da colônia e na melhoria na qualidade de vida da comunidade, observamos saltos a partir da emancipação do município. Assim, é possível dizer que Holambra a partir de uma nova forma de organização e através da elaboração de leis municipais, respaldadas nas propostas políticas do país, criou e ainda esta criando condições de melhorias das questões sociais, econômicas e políticas do município. Mas, se isso esta sendo possível teria que se fazer uma análise.

Em relação a questão educacional, podemos dizer que a Educação Infantil Pública Municipal de Holambra, teve sua origem baseada no modelo pré-escolar brasileiro, em especial, ao atendimento oferecido pelo Estado de São Paulo. Durante as décadas de 1980 e 1990 a educação pré-escolar em Holambra acompanhou as discussões sobre esse atendimento tentando se adaptar as novas mudanças.

Com a Constituição Federal de 1988 a questão da Educação Infantil no Brasil ganha mais atenção e a procura por esse atendimento começa a aumentar. A comunidade de Holambra sente o reflexo dessa transformação e, em dez anos, o atendimento ao pré-escolar dá um salto aumentando em três vezes o número de crianças atendidas.

Em 1993 com a emancipação do município, observamos que inicialmente Holambra manteve a mesma estrutura de atendimento que era oferecido pelo município de Jaguariúna. Mas, com o passar dos anos novas propostas e discussões foram surgindo e a partir do empenho da equipe municipal de educação e do apoio e participação da comunidade a Prefeitura aumenta o número de vagas na Educação Infantil, passando a atender não somente crianças com idade a partir de 6 anos, mas também de 4 e 5 anos.

A grande demanda para creche sempre existiu, mas o atendimento oferecido pela única instituição filantrópica não conseguia absorver a demanda. Assim, as reivindicações da comunidade, principalmente, de mães trabalhadoras foram aumentando e entre os anos de 1995 e 1996 a Prefeitura ampliou o atendimento de pré-escola, tanto na zona urbana como na rural e municipalizou a Creche Colméia. Em 1999 construiu um prédio onde passou a funcionar a Creche Favo de Mel.

Tanto a Constituição Federal de 1988 como a LDB 9394/96 contribuíram para a expansão e melhoria da qualidade do atendimento de crianças de zero a 6 anos em todo o país, e isso veio a se refletir no município de Holambra.

Segundo o diagnóstico da Educação Infantil do Plano Nacional de Educação – PNE (2001), a maioria dos ambientes que oferecem atendimento as crianças de zero a 03 anos no Brasil *“não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõe de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados”*. Desse modo, podemos dizer que o atendimento oferecido por Holambra à crianças dessa faixa-etária, é uma exceção. A estrutura física dos prédios onde funcionam os CECI'S foi construída e elaborada exclusivamente para atender crianças, respeitando as necessidades desses pequenos. Nas salas há disposição de brinquedos e materiais pedagógicos e o mobiliário foi todo adaptado ao tamanho das crianças. A maioria dos educadores que realizam o trabalho com essas crianças não possuem nem o magistério, mas são profissionais envolvidos e comprometidos com seu trabalho e com os programas educacionais, que são elaborados por profissionais qualificados.

O atendimento de crianças entre 4 a 6 anos é de responsabilidade das pré-escolas. Mas, embora existam salas de pré-escola nos CECIS, as turmas de Infantil I, Infantil II e pré seguem um programa, um planejamento elaborado e destinado exclusivamente a essa faixa-etária.

Quanto aos profissionais que atuam na Educação Infantil na rede pública municipal, podemos dizer que atualmente a porcentagem de docentes que possuem o ensino superior é de 50%. Ao nosso ver esse é um bom índice se comparado a média nacional que é de 20% (PNE, 2001). Acreditamos ser esse um dos fatores de grande importância que vem contribuindo para a melhoria da qualidade desse atendimento. Acreditamos ainda que outro fator que vem influenciando no desempenho do trabalho desenvolvido pela rede municipal pública de educação, seja o envolvimento de todos os educadores, inclusive daqueles que não possuem um alto nível de escolarização, na elaboração e implantação de atividades e na participação desses nas discussões educacionais.

Como já dizia NASCIMENTO (1999) *“a qualidade de um serviço oferecido à população não se mede pela simples presença deste ou daquele especialista, mas pela capacidade dos profissionais de concretizar modelos pedagógicos adequados”* (p. 109).

Gostaríamos de ressaltar que embora haja uma grande preocupação por parte dos profissionais da Educação Infantil Pública Municipal com as questões do educar e do cuidar, observamos, principalmente, nas creches onde também se oferece o atendimento de pré-escola, que há separação desses dois princípios que, segundo o PNE (2001), devem ser indissociáveis. Os orientadores “cuidam” das crianças de zero a três anos e as crianças de 4 a 6 anos recebem o apoio “educacional” dos professores. Mas, segundo NASCIMENTO (1999) a LDB já aponta essa diferenciação entre creche e pré-escola quando se refere a faixa-etária. Artigo 30 – “creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” e “pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. Essa autora afirma que *“a Educação Infantil integra a Educação Básica juntamente com o ensino Fundamental e Médio”* (p. 101). Assim, a Educação Infantil por lei é um nível de ensino e pelo fato de ter sido diferenciada como nível de ensino *“isso implica em normatizações próprias da instituição escolar”*. Desse modo, além de ocorrer a dicotomia entre o cuidar e o educar, a criança de 4 a 6 anos passa a ser vista como aluno e isso nós

podemos constatar durante nossas visitas e também em documentos que se referem a criança de 4 a 6 anos como aluno.

Outro ponto a se levantar é que embora conste na Constituição Brasileira, na nova LDB e também no Estatuto da Criança e do Adolescente que o atendimento da Educação Infantil é um direito de toda criança, atualmente existe tanto nas EMEI'S como nos CECI'S lista de espera com nomes de crianças que aguardam por uma vaga. Mas, segundo depoimentos, apesar dessa dificuldade a Prefeitura Municipal esta construindo mais dois prédios, um na área urbana o outro na zona rural, onde funcionarão novas creches.

Ainda que haja muito por fazer, reconhecemos o grande trabalho que a comunidade de Holambra vem realizando na área de Educação Infantil durante todos esses anos. Se comparado a média nacional conforme consta no PNE, o atendimento oferecido por este município merece destaque, visto que em tão pouco tempo de emancipação tenha conseguido criar condições e atingir metas que hoje garantem a qualidade deste atendimento. Lembrando sempre que esta foi a nossa leitura.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

BRASIL. MEC/INEP. Plano Nacional de Educação. Brasília 2001.

CAMPOS, Maria M. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1994, p. 32-42.

CAMPOS, M. M. M., PATTO, M. H. S., MUCCI, C. **A Creche e a Pré-escola**. In: Caderno de Pesquisa, São Paulo (39): 35-42, nov. 1981.

DOCUMENTAÇÃO sobre a História da Escola São Paulo. **“A História e a Trajetória de uma Comunidade Escolar: A Escola São Paulo”**. Relatório elaborado em parceria com a comunidade neste ano de 2001 em que a escola comemora os seus 50 anos.

ESTATUTO da **Creche Holambra – Fazenda Ribeirão – Jaguariúna**, 1974.

FONSECA, J. P. da. **A Educação Infantil**. In: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Diversos Autores, SP, Pioneira, 1998.

KENSKI, Vani Moreira. **Memória Prática Docente**. In: As Faces da Memória, Campinas, SP: Publicação do Centro de Memória/UNICAMP, p. 101-114.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 5ª ed. SP: Cortez, 1995 p. 140.

KUHLMANN, M, J. **Histórias da Educação Infantil Brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação Maio/Junho/Julho/Agosto. Número Especial, Autores Associados, ano 2001, n. 14.

LEI COMPLEMENTAR no. 097 de 07 de fevereiro de 2000. **Estatuto do Magistério Público Municipal e Plano de Carreira**. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

LEI ORGÂNICA do Município de Holambra. Câmara Municipal de Holambra. Promulgada em 20 de Agosto de 1993.

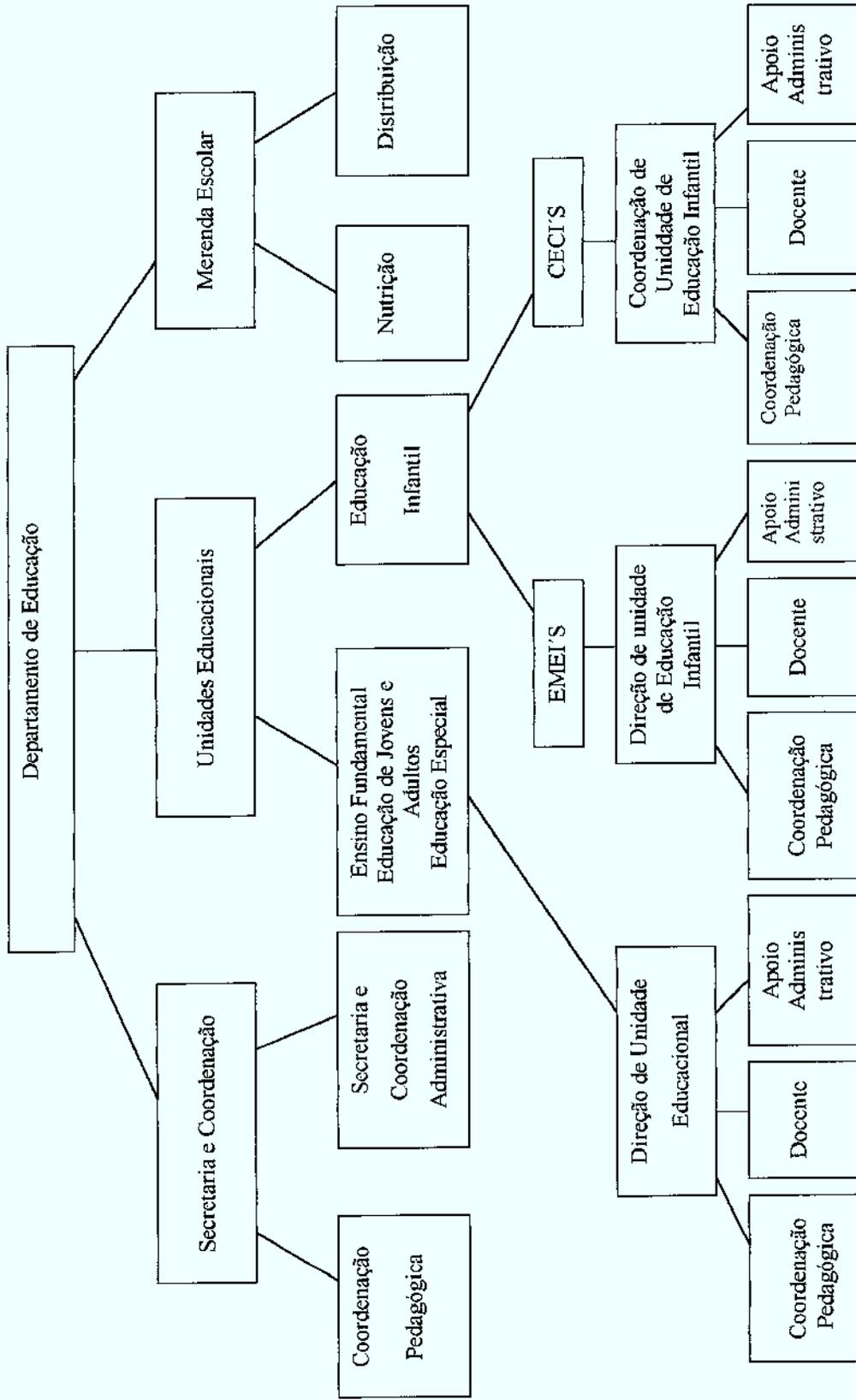
NASCIMENTO, Maria Evelyn Pompeu do. **Os Profissionais da Educação Infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Ed. Autores Associados, 1999.

NASCIMENTO, Maria Evelyn Pompeu do. **Do Adulto em Miniatura à Criança como Sujeito de Direitos: a construção de políticas de educação para criança em tenra idade na França**. T/UNICAMP n17d, 2001, p. 446.

PASTA de documentos da **Escola São Paulo**, datada em 1992.

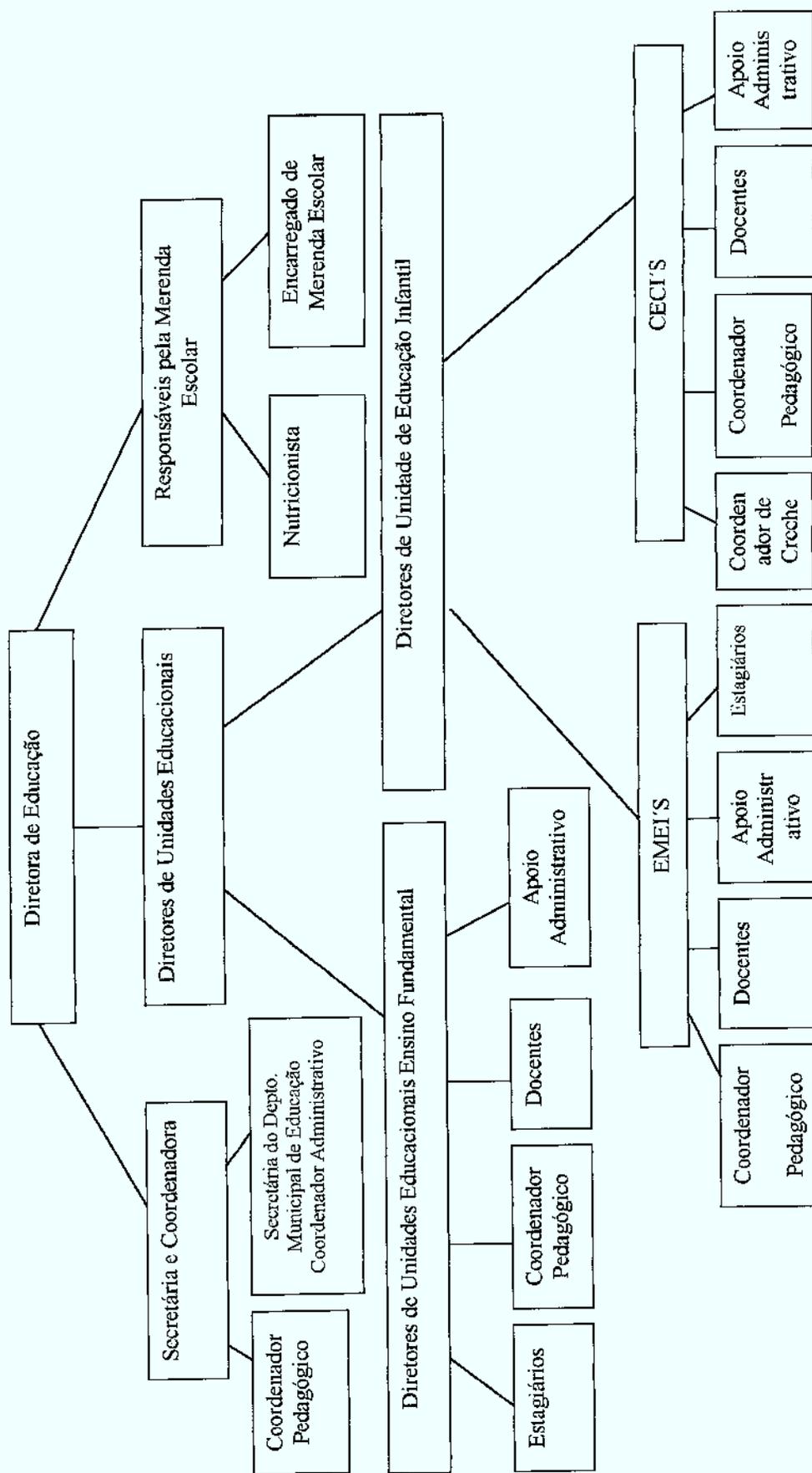
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, no. 10, 1992. (p. 201-215).
- REGIMENTO Interno. **Centro de Educação e Convivência Infantil – CECI**. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 2001.
- REGIMENTO Interno. **Conselho Municipal de Educação**. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra. Criado pela lei no. 149 de 24 de janeiro de 1995, alterado pela lei no. 275 de 10 de outubro de 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos Orais: Do “Indizível” ao “Dizível”**. In: Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, São Paulo, Vértice, vol. 5, 1998. (p. 14-43).
- RUS PEREZ, José Roberto. **A Política Educacional do Estado de São Paulo 1967-1990**. T/UNICAMP R89p. 1994, p.71-85.
- SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: LDB Trajetórias Limites e perspectivas**. Campinas: Ed Autores Associados, 1997.
- SEBRAE. **Diagnóstico Municipal e Plano de Ação Holambra**. Relatório realizado pela equipe técnica do SEBRAE e pela equipe técnica UNICAMP/IE-NEIT com o apoio do PRODER – Programa de Emprego e renda e da ACIAH – Associação Comercial Industrial e Agrícola de Holambra. São Paulo, 1999.
- SOUZA, P. N. P. e SILVA, E. B. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.
- WIJNEN, C. J. M. **Holambra 1948-1998: A cooperativa de agricultores e horticultores holandeses que se transformou na cidade das flores do Brasil**. Fundação Holambra-Holanda, 1998, p. 199.
- Fontes on-line.**
- IBGE (1996-2000). **Censo Populacional**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>
- SEADE (1993-1999). **Censo Escolar**. Disponível: <http://www.seade.sp.gov.br>
- HOLAMBRA (2001), **A Conquista**. Disponível: <http://www.reuholambra.htm>
- RADIO Nederland (2001). **São Nicolau, tradição holandesa**. Disponível: <http://www.rnw.nl/narocria/land-sim.htm>
- SÃO NICOLAU (2001). Disponível: http://www.criaçãocentro.net/canal3/reportagens2001_12/pai.html
- PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA (2001). **História da Imigração**. Disponível: <http://www.pinholambra.com.br/historia.htm>
- MEC/INEP (2000). **Censo Escolar**. Disponível: <http://www.MEC.gov.br>

Anexo 1
Organograma do Departamento Municipal de Educação - Holambra*
Estrutura Administrativa



* Fonte: Departamento Municipal de Educação. Organograma Elaborado por Neide Becker Benedik de Almeida – Coordenadora de Escolas e Secretária de Departamento – em fase de planejamento.

Anexo 2
Organograma do Departamento Municipal de Educação – Holambra*
Recursos Humanos



* Fonte: Departamento Municipal de Educação. Organograma Elaborado por Neide Becker Benedik Almeida – Coordenadora de Escolas e Secretária de Departamento - em fase de planejamento.

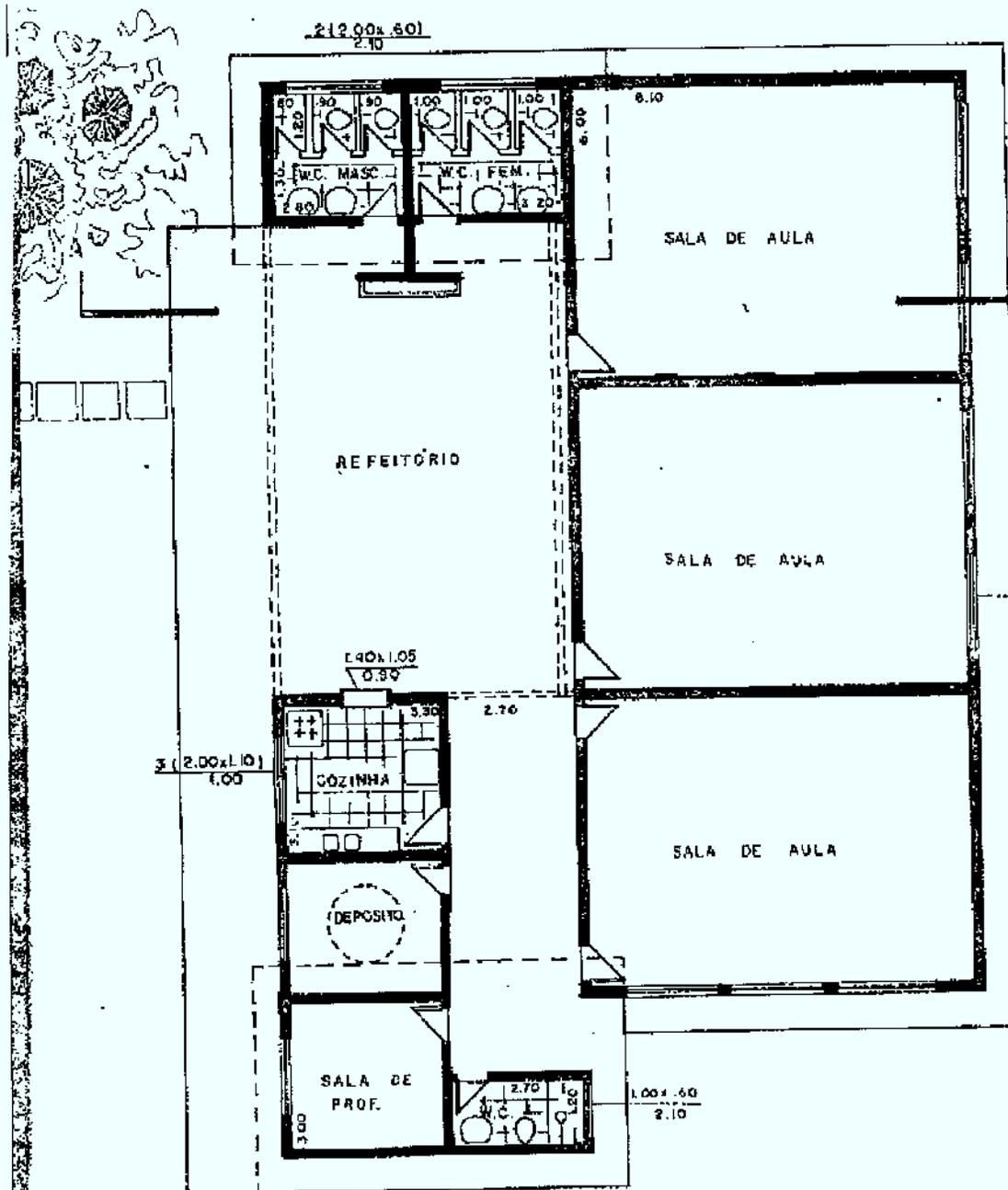
Anexo 4

Planta Baixa CECI Favo de Mel



Anexo 5

Planta Baixa EMEI Recanto das Palmeiras



Anexo 6

**TABELA SALARIAL
DO MAGISTÉRIO**

Referência salarial do Quadro de Magistério Municipal

Denominação do cargo	Jornada	Referência Inicial	Valor/R\$
Professor de Educação Infantil	20 horas	M I	514,83
Professor de Ensino Fundamental I	26 horas	M II	668,20
Professor de Ensino Fundamental II	29 horas	M IV	819,25
Professor de Educação Especial	26 horas	M III	734,50
Denominação do Cargo de Confiança			
Coordenador de Unidade de Educação Infantil	35 horas	M V	988,75
Vice-Diretor de Unidade Educacional	40 horas	M V	1.130,00
Diretor de Unidade Educacional	40 horas	M V	1.130,00
Supervisor de Educação	40 horas	M V	1.130,00
Denominação de Função de Confiança			
Coordenador Pedagógico	35 horas	M V	988,75

Fonte: Estatuto do Magistério e Plano de Carreira do município de Holambra.

Anexo 7

Função Gratificada

Função Gratificada	Função em Comissão	%	Número de Classes por cargo na Unidade Educacional
FG I	Coordenador Pedagógico Coordenador de U.E. Infantil Vice-Diretor de U. Educacional	2,5%	01 a 10
FG II	Coordenador Pedagógico Coordenador de U.E. Infantil Vice-Diretor de U. Educacional	5%	11 a 20
FG III	Coordenador Pedagógico Coordenador de U.E. Infantil Vice-Diretor de U. Educacional	10%	mais de 20
FG III	Diretor de Unidade Educacional	10%	01 a 10
FG IV	Diretor de Unidade Educacional	15%	11 a 20
FG V	Diretor de Unidade Educacional	20%	mais de 20
FG VI	Supervisor de Educação	25%	_____

Fonte: Estatuto do Magistério e Plano de Carreira do Município de Holambra.

Anexo 8
Formulário de avaliação do desempenho profissional

Espécie da avaliação e Itens a serem avaliados	Pontuação máxima por item	Total máximo de pontos
I - por atividades de formação em serviço		50
A . assiduidade total nas horas/aula de atividade pedagógica	35	
Atividades profissionais extra-jornada promovida pela Prefeitura	15	
II - por títulos		20
A . a cada 20 horas cumulativas de participação em cursos de aperfeiçoamento , especialização ou formação profissional na área de educação, devidamente regulamentado	8	
Cada curso de extensão com, no mínimo, 30 horas de duração	12	
B . graduação de nível superior com licenciatura plena (para cargos em nível de 2º grau-magistério)	10	
C . titulação de pós-graduação em mestrado	12	
D . titulação de pós-graduação em doutorado	14	
III – pela chefia imediata		8
A . assiduidade ao trabalho	1	
B . cooperação com as atividades do grupo	1	
C . participação na organização e iniciativas para a melhoria do ambiente coletivo de trabalho	1	
D . incentivos e dinâmicas que promovam a eficácia no resultado de seu trabalho	1	
E . interesse na atualização e formas de aplicação do conhecimento em sua área específica de trabalho	1	
F . envolvimento no planejamento e execução do projeto Pedagógico coletivo definido pelo grupo de sua Unidade	3	

Fonte: Estatuto do Magistério e Plano de Carreira do Município de Holambra.

Anexo 9

Formulário de avaliação do desempenho profissional

Espécie da avaliação e Itens a serem avaliados	Pontuação máxima por item	Total máximo de pontos
IV - pelo desempenho do grupo		12
A . grau de eficácia no cumprimento das metas estabelecidas no Projeto Pedagógico do grupo de trabalho	2	
B . grau de desenvolvimento e participação nos Projetos estabelecidos pela Secretaria de Educação e Cultura	2	
C . grau de incentivo ao desenvolvimento da comunidade escolar no Projeto Pedagógico definido e no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos	2	
D . grau de freqüência dos alunos na escola	2	
E . peso da diminuição dos índices de evasão da escola	2	
F . desenvolvimento de projetos e iniciativas do grupo que resultem na melhoria do rendimento e aprendizado dos alunos	2	
V - pelos usuários do serviço		10
A . abertura da escola para participação da comunidade escolar nas atividades e no acompanhamento do desempenho dos alunos	3	
B . desempenho das atividades escolares desenvolvidas, individualmente e em grupo, pelos alunos como contribuição fundamental na formação do cidadão	3	
C . avaliação das condições apropriadas ao ambiente escolar	2	
D . integração e bom relacionamento entre os componentes da escola	2	
TOTAL MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		100

Fonte: Estatuto do Magistério e Plano de Carreira do Município de Holambra.